

CADERNOS DO DIÁLOGO



VOLUME 2 - 2011

FRUTOS DO DIÁLOGO





DIÁLOGO FLORESTAL

FRUTOS DO DIÁLOGO

CADERNOS DO DIÁLOGO - VOLUME 02

MAURA CAMPANILI

INSTITUTO BIOATLÂNTICA
RIO DE JANEIRO (RJ)
2011

FICHA TÉCNICA

Realização

Diálogo Florestal

Coordenação

Miriam Prochnow

Giovana Baggio

Texto

Maura Campanili

Revisão

Maura Campanili

Miriam Prochnow

Fotos: Ana Celina Tiburcio; Ângelo Lorenzetti; Arquivo Apremavi; Arquivo Diálogo Florestal; Christine Dragisic; Giovana Baggio; Jean François; Maria Luiza S. Francisco; Miriam Prochnow; Oscar Artaza; Thadeu Melo

Foto da Capa: Wigold Bertoldo Schaffer

Projeto gráfico: Fábio Pili

Diagramação: Ana Cristina Silveira

Agradecimentos

Alexandre Di Ciero, Carlos Alberto Mesquita, Dalce Ricas, Edilaine Dick, Eduardo Osorio Stumpf, Eliane Sampaio dos Anjos, Giovana Baggio, Geovanini Ribeiro Loiola, Ivone Satsuki Namikawa, João Carlos Augusti, Kathia Vasconcellos Monteiro, Luiz Paulo Souza Pinto, Marcia Silveira, Marcos Alexandre Danieli, Marcos Fernandes da Costa, Paulo Dantas, Paulo Dimas Menezes, Oscar Artaza, Sabrina Bicca, Tânia Martins, Thadeu Melo.

Agradecimento especial

Elizete Sherring Siqueira

Esta publicação é dedicada à Elizete Sherring Siqueira, que à frente do Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (Ipema), sempre foi uma grande batalhadora das causas ambientais e incentivadora do Diálogo Florestal Nacional

e do Fórum Florestal do Espírito Santo, bem como de outras iniciativas importantes como a Rede de ONGs da Mata Atlântica, o Pacto para a Restauração da Mata Atlântica e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Que seu legado seja o de inspirar, através das ações realizadas, novas iniciativas em prol do bem comum.



C186f

Campanili, Maura.

Frutos do Diálogo / Maura Campanili ; [coordenação: Miriam Prochnow, Giovana Baggio]. – Rio de Janeiro : Instituto BioAtlântica, 2011.

64 p. : il. color. ; 27 cm. – (Cadernos do Diálogo ; v. 2).

Acima do título: Diálogo Florestal.

Bibliografia: p. 64.

ISBN 978-85-60840-06-9

1. Florestas – Conservação – Brasil. 2. Mata Atlântica. 3. Pesquisa florestal – Brasil. I. Prochnow, Miriam. II. Baggio, Giovana. III. Instituto BioAtlântica. IV. Título. V. Série.

CDD – 634.9280981

SUMÁRIO

- 7 APRESENTAÇÃO
- 8 INTRODUÇÃO
- 12 **CAPÍTULO 1**
INICIATIVA DE SUCESSO – DIÁLOGO FLORESTAL NO BRASIL
- 14 **CAPÍTULO 2**
AVANÇOS – FÓRUNS REGIONAIS CAPITANEIAM AÇÕES EFETIVAS
- 20 **CAPÍTULO 3**
FRUTOS DO DIÁLOGO – ACORDOS, MANIFESTOS,
DOCUMENTOS E DIRETRIZES
- 46 **CAPÍTULO 4**
DESAFIOS – PROJETOS EM ANDAMENTO
- 54 **CAPÍTULO 5**
INICIATIVAS COMPLEMENTARES – EXPERIÊNCIAS QUE
SE SOMAM AOS OBJETIVOS DO DIÁLOGO FLORESTAL
- 60 **CAPÍTULO 6**
TERCEIRA FASE - QUE FUTURO QUEREMOS
PARA O DIÁLOGO FLORESTAL NO BRASIL?
- 64 BIBLIOGRAFIA, SITES, E-MAILS E CONTATO

ENCONTRO NACIONAL DO DIÁLOGO FLORESTAL
EM ITU (SP), AGOSTO/2010.





DIÁLOGO FLORESTAL: PLANTANDO
SEMENTES PARA O FUTURO.



APRESENTAÇÃO

A conservação e restauração dos ambientes naturais tem sido um grande desafio no Brasil e no mundo. Apesar de se ter ainda um longo caminho a ser trilhado e muito trabalho a ser feito, várias iniciativas, envolvendo governos e sociedade, tentam enfrentar esse desafio e oferecer diferentes oportunidades de se alcançar com sucesso o tão sonhado desenvolvimento sustentável.

O Diálogo Florestal é uma dessas iniciativas. Um movimento inédito, que reúne empresas do setor florestal e organizações socioambientalistas, com o objetivo de discutir agendas comuns e implantar ações conjuntas em prol da qualidade de vida e da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Baseado em princípios como a integração, transparência, confiança, não exclusão, proatividade, respeito à diversidade e compromisso, o Diálogo Florestal é um espaço privilegiado para se chegar a resultados concretos, em campo e em larga escala, para a conservação dos recursos naturais, procurando também influenciar as políticas públicas de meio ambiente.

A publicação “Frutos do Diálogo” traz alguns desses resultados. Mostra os avanços já conquistados pelo Fórum Nacional e pelos sete Fóruns Regionais do Diálogo, em funcionamento desde 2005. Reúne as diretrizes, os acordos, os manifestos e os documentos discutidos, negociados e aprovados nos espaços do Diálogo Florestal. Elenca ações e experiências complementares importantes, realizadas por organizações do Diálogo e que se somam aos seus objetivos.

A publicação aponta também as diretrizes para as ações futuras do Diálogo Florestal no Brasil, que tem entre seus temas prioritários a questão da conservação e da silvicultura, o fomento florestal, as mudanças climáticas e as florestas, e uma importante discussão sobre as florestas como vetor de desenvolvimento no país.

Além disso, o Diálogo Florestal pretende também ser uma inspiração para novas parcerias e projetos, que possam contribuir de forma significativa para melhorar a relação da sociedade com os recursos naturais.

Miriam Prochnow

Secretária Executiva
do Diálogo Florestal

UMA FERRAMENTA A SERVIÇO DA CONSERVAÇÃO EM TERRAS PRIVADAS

CARLOS ALBERTO BERNARDO MESQUITA¹

Os desafios para proteger a biodiversidade remanescente da Mata Atlântica e para restaurar a conectividade ecológica dos fragmentos em algumas regiões prioritárias – como no caso dos Corredores de Biodiversidade da Serra do Mar e Central da Mata Atlântica – são enormes e significam dificuldades proporcionais ao tamanho e à importância da região. Estima-se que mais de 80% dos remanescentes florestais do bioma estejam localizados em propriedades particulares.

Deste modo, é evidente e primordial que as entidades engajadas na luta pela preservação da Mata Atlântica desenvolvam, adequem, experimentem e priorizem estratégias para promover o envolvimento direto do setor privado, seja este representado por grandes empresas ou por pequenos produtores rurais, nos esforços de proteção e recuperação da cobertura florestal nativa do bioma. Estas ações são fundamentais para garantir o desenvolvimento em bases sustentáveis na região, na medida em que promovem a proteção e a recuperação de recursos naturais fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida das populações humanas, tais como água, solos e a própria biodiversidade.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário, aponta a criação de áreas protegidas em terras privadas como uma das estratégias prioritárias para se reverter o processo de degradação ambiental e perda de biodiversidade no planeta. Projetos que visam o planejamento para a proteção ambiental em larga escala, como é o caso dos corredores ecológicos, indicam estratégias de conservação em terras privadas como uma das ferramentas essenciais para se promover a reconectividade entre os remanescentes.

De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra diálogo é definida como “fala entre duas ou mais pessoas, conversação, colóquio. Troca ou discussão de ideias, de opiniões, de conceitos, com vistas à solução de problemas, ao entendimento ou à harmonia. Comunicação”. Esta definição traz em si duas premissas básicas. A primeira delas, a de que para existir diálogo é preciso haver diferenças entre as ideias, as opiniões e os conceitos, isto é, quando todas as partes compartilham as mesmas ideias ou possuem as mesmas opiniões e conceitos não há diálogo, apenas consenso. A segunda, evidencia que diálogos são feitos “com vistas à solução de problemas”. Ou seja, quando não há um problema, não há necessidade de diálogo.

Desde o final da década de 60 do século passado, portanto há quase 50 anos, o Brasil é palco da implantação de grandes plantios homogêneos de espécies arbóreas, especialmente dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*, para suprimento de matéria-prima para as fábricas de celulose, de papel, de



¹Engenheiro florestal, diretor do Instituto BioAtlântica, membro do Conselho de Coordenação do Diálogo Florestal.



DIALOGAR SOBRE A REALIDADE E PROPOR AÇÕES CONCRETAS DE INTEGRAÇÃO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DA SILVICULTURA É UM DOS OBJETIVOS DO DIÁLOGO FLORESTAL.

embalagens, de chapas de fibras e de móveis, bem como para sua utilização como fonte de energia em diferentes atividades econômicas, em especial na produção siderúrgica.

Fomentada por generosos incentivos fiscais, primeiramente, e turbinada pelo expressivo avanço tecnológico e pela crescente demanda do mercado, posteriormente, a silvicultura brasileira se expandiu, se consolidou e vive, no início do século XXI, novo momento de forte expansão, trazendo consigo os impactos socioambientais inerentes a qualquer atividade econômica baseada na implantação de monoculturas em larga escala e na exportação de produtos semielaborados.

Mesmo ponderando que a silvicultura ocupa atualmente menos de 6 milhões de hectares, ou 0,7% do território brasileiro, seus efeitos sobre a economia, sobre a cultura e, sobretudo, sobre a paisagem das regiões onde está concentrada, são evidentes e bastante bem estudados.

Diante desta realidade e da clara percepção de que a silvicultura encontra-se em plena expansão no país, como

o movimento ambientalista deve se comportar? Por outro lado, da parte das empresas, sabendo que a conscientização sobre a problemática socioambiental nunca foi tão grande, amparada por uma legislação ambiental classificada entre as mais modernas do planeta e por um mercado cada vez mais exigente, inclusive em termos de precauções aos impactos decorrentes do modelo de produção adotado e de princípios de responsabilidade socioambiental, como devem atuar?

Ambientalistas e empresas de base florestal protagonizam uma relação conflituosa. E não há como ser diferente, uma vez que defendem interesses e possuem visões de mundo na maioria das vezes inconciliáveis. Entretanto, com o avanço e a disseminação do conhecimento, acelerados pela globalização – não apenas do capital, mas também da capacidade de mobilização social – torna-se evidente, ou melhor, necessária, a criação de espaços de diálogo. A partir da constatação tácita que o desenvolvimento socioeconômico não poderá prescindir dos produtos da silvicultura, e assumindo que tais produtos não

poderão ser obtidos por meios ilícitos ou sem qualquer controle ambiental, com participação social, a opção do diálogo proativo apresenta-se como uma das alternativas para o enfrentamento desta questão.

Apostar que é possível identificar agendas comuns, em busca da construção participativa e coletiva de alternativas viáveis, significa quebrar paradigmas e superar mitos, tanto entre os ambientalistas quanto entre os empresários e profissionais do setor. Talvez o mito mais forte que precise ser superado é a ideia de que para dialogar é preciso deixar de lado as próprias ideias e os próprios conceitos. Nada mais falso, já nos ensinou o Aurélio.

A outra questão diz respeito ao suposto efeito que a abertura de espaços qualificados de diálogo teria para a imagem e reputação das empresas. Um dos principais argumentos apresentados por aqueles que questionam iniciativas como o Diálogo Florestal é de que tais espaços servem para “limpar a imagem das empresas que deles participam”, uma vez que com esta “abertura” as empresas poderiam posar de socioambientalmente corretas. O corolário desta assertiva é que os ambientalistas que participam destes diálogos “tornam-se automaticamente reféns ou defensores das empresas”.

Ora, mas se o questionamento é justamente baseado no fato de que tais empresas não podem ser consideradas socioambientalmente corretas pelo simples fato de par-

ticiparem de diálogos com ambientalistas, como é possível se acusar as organizações que participam de cooptação? Em um diálogo aberto, independente, transparente e construtivo, se não podemos aceitar que um lado – as empresas – se proclame “limpo e purificado”, pelo simples fato de estar um pouco mais aberto ao diálogo, por que deveríamos então acusar o outro lado – os ambientalistas – de “sujo e contaminado”?

Outro paradigma que precisa ser derrubado é de que o único espaço legítimo para a discussão dos conflitos entre ambientalistas e empresas são as audiências públicas para o licenciamento dos empreendimentos. É inegável a importância deste espaço, que deve ser cada vez mais e melhor utilizado. Mas é preciso reconhecer, entretanto, que este é um espaço onde os conflitos de interesses devem ser evidenciados e valorizados, sob a mediação do poder público, a quem cabe a prerrogativa do licenciamento, comando e controle das atividades econômicas.

Nos processos de diálogo sem a mediação do poder público, a despeito da existência e reconhecimento dos conflitos, o que se busca é a identificação de pontos em comum, de propostas e projetos que conciliem interesses e ações. Difícil? Sem dúvida. Mas os resultados obtidos e o caminho percorrido até o momento pelo Diálogo Florestal demonstram, de maneira inequívoca, que vale a pena enfrentar este desafio.

De maneira alguma a estratégia do diálogo pode ser acusada de esvaziar as outras formas de luta em defesa do meio ambiente. Mas, mesmo não sendo um consenso, nem entre as empresas e menos ainda entre os ambientalistas, o Diálogo Florestal apresenta-se como uma nova frente de atuação, complementar às tradicionais campanhas públicas, seja de denúncias aos abusos das empresas, seja de publicidade e marketing das mesmas. Acostumados a só se encontrarem para duelar, pouco a pouco estes setores constroem uma nova maneira de se relacionar.

Seguindo princípios claros – entre os quais a transparência absoluta, a independência e o respeito entre as partes – adotando métodos e técnicas adequadas para a resolução alternativa de conflitos, o Diálogo Florestal inaugura um novo momento e se consolida como um modelo a ser adotado por outros setores da economia nacional, muitos dos quais mais impactantes e bem mais conflituosos do que a silvicultura.



arquivo Diálogo Florestal

O DIÁLOGO APOSTA NA IDENTIFICAÇÃO DE AGENDAS COMUNS ENTRE O TERCEIRO SETOR E AS EMPRESAS FLORESTAIS.

BUSCAR SOLUÇÕES
PARA A CONSERVAÇÃO
DA BIODIVERSIDADE É
UM DOS OBJETIVOS DO
DIÁLOGO FLORESTAL.



INICIATIVA DE SUCESSO – DIÁLOGO FLORESTAL NO BRASIL

Há cinco anos teve início no Brasil uma iniciativa destinada a criar uma nova maneira de dialogar entre setores historicamente antagônicos no país: a indústria de base florestal e organizações do terceiro setor.

Durante este período conseguiu-se mostrar que, através de princípios claros, como a transparência, a independência e o respeito mútuo, adotando métodos e técnicas adequadas para a resolução alternativa de conflitos, é possível construir uma agenda comum entre esses setores. Assim, se tem conseguido promover ações efetivas associadas à produção florestal, ampliar a escala dos esforços de conservação e restauração do meio ambiente e, ao mesmo tempo, gerar benefícios para a sociedade em geral.

O Diálogo Florestal é uma iniciativa independente que facilita a interação entre representantes de empresas do setor de base florestal e de organizações socioambientais. Estabelecido no Brasil em 2005, faz parte do The Forests Dialogue, uma série de fóruns internacionais que, desde 1997, reúne os setores envolvidos em questões-chave para o manejo florestal sustentável e a recuperação de ecossistemas ameaçados. Concebida para promover o entendimento e a colaboração entre esses grupos em nível mundial, essa experiência foi idealizada por organismos como o Banco Mundial, o World Resources Institute (WRI) e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

No Brasil, reúne as principais indústrias do setor da silvicultura e organizações não-governamentais ambientalistas. Começou com enfoque no bioma Mata Atlântica, um dos mais biodiversos e ameaçados do planeta, mas depois expandiu e está atuando também nos biomas Pampa e Cerrado, regiões onde a atividade vem tendo grande expansão.

Os grandes plantios homogêneos de espécies arbóreas exóticas, especialmente dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*, chegaram ao Brasil há mais de 50 anos e se espalharam pelo país, principalmente na região da Mata Atlântica. Originárias, respectivamente, da Austrália e de diversas partes da América, Caribe e Ásia, essas espécies se adaptaram e foram adaptadas às condições do bioma no

Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Foram trazidas inicialmente para servir como dormentes em estradas de ferro, mas hoje são matéria-prima para um amplo espectro de indústrias como as de celulose, papel, móveis, produtos de limpeza, alimentos, bebidas e siderurgia.

Atualmente, a silvicultura ocupa 0,7% do território brasileiro, área equivalente a 11 vezes o Distrito Federal. Por sua dimensão, é um setor de inegável importância econômica e com impactos reconhecidos sobre paisagens e ecossistemas. Estima-se que, dentro de dez anos, mais de 30% dos plantios homogêneos que abastecem as fábricas de papel e celulose estarão localizados em propriedades rurais cujos donos não são as próprias empresas.

Para dar conta desse cenário, ao longo desses anos as empresas assumiram o compromisso de repassar aos produtores fomentados diretrizes e boas práticas socioambientais construídas conjuntamente por técnicos de organizações do terceiro setor e empresas. Esse compromisso já é praticado no Sul e Extremo Sul da Bahia, principal pólo de silvicultura para papel e celulose do país, e está sendo implantado no Paraná e Santa Catarina, representando um grande avanço em termos de preservação de remanescentes e formação de corredores ecológicos.

Esse é apenas um exemplo das atividades que vêm sendo desenvolvidas nos sete fóruns regionais criados pelo Diálogo Florestal (Sul e Extremo Sul da Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Mineiro, Fluminense e do Paraná e Santa Catarina). Há, ainda, outros acordos importantes sendo implantados, como o afastamento de plantios de núcleos urbanos, na Bahia, e diretrizes para adequação de propriedades rurais, no Rio de Janeiro.

Projetos pilotos, que envolvem o incentivo à criação de corredores ecológicos, unidades de conservação e incentivo a outras cadeias produtivas de base florestal tam-

bém estão na pauta dos fóruns regionais. Além disso, um banco de dados georreferenciado de projetos ligados ao Diálogo está sendo desenvolvido, nos moldes do GeoAtlântica, uma plataforma livre para integração de dados no bioma Mata Atlântica e seus sistemas costeiros, que já está disponibilizada em ambiente de Internet e contém dados e mapas de empresas nos estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Todas essas propostas estão de acordo com os temas prioritários do Diálogo Florestal, definidos em comum acordo entre seus participantes, que são: o fomento florestal, como vetor de desenvolvimento e conservação ambiental; o ordenamento territorial, como oportunidade de pactuar o uso e a ocupação do solo na escala de paisagem; a relação entre florestas plantadas, água e biodi-

versidade; e as áreas protegidas particulares, como fator fundamental na conservação.

Entre as principais metas desta iniciativa está manter e consolidar um espaço de diálogo proativo entre o terceiro setor e as empresas do setor florestal, mas também gerar resultados concretos, em campo e em larga escala, para a conservação dos recursos naturais. O grupo pretende propor e influenciar a adoção de políticas públicas que favoreçam a proteção e a sustentabilidade dos recursos naturais. Além disso, a melhoria das relações das empresas com as comunidades do entorno é tema constante e importante dentro dos fóruns.

O Diálogo Florestal conta com um Fórum Nacional, um Conselho de Coordenação, uma Secretaria Executiva, além dos sete fóruns regionais.



Fotos: arquivo Diálogo Florestal

UMA DAS METAS DO DIÁLOGO FLORESTAL É MANTER E CONSOLIDAR ESPAÇOS DE DIÁLOGO PROATIVO ENTRE O TERCEIRO SETOR E AS EMPRESAS DO SETOR FLORESTAL.

AVANÇOS – FÓRUNS REGIONAIS CAPITANEIAM AÇÕES EFETIVAS

Uma das principais estratégias do Diálogo Florestal nesses seus primeiros cinco anos de atuação foi a ampliação e consolidação dos sete Fóruns Regionais que, além de promover o debate, visam concretizar o cooperativismo entre as entidades sociambientais e o setor de base florestal em cada região.

O primeiro a ser criado foi o do Sul e Extremo Sul da Bahia, que começou a atuar praticamente junto com o Diálogo Florestal no Brasil, ainda em 2005. Depois dele, foi criado, em 2007, o Fórum Florestal do Rio Grande do Sul, e, em 2008, vieram os de São Paulo, Espírito Santo, Mineiro, Fluminense e do Paraná e Santa Catarina.

Cada Fórum Regional tem uma pauta específica de discussão, levando em conta as peculiaridades e necessidades locais. Mas, em suas pautas, há temas comuns, como

políticas públicas, planejamento de paisagem, ordenamento territorial, fomento florestal e o envolvimento de outros segmentos nos debates.

Embora estejam em estágios diferentes, os fóruns regionais demonstram resultados palpáveis, como a realização de seminários temáticos, definição de diretrizes para o fomento e zoneamento ambiental da silvicultura, assim como a publicação de documentos e manifestos e o planejamento de projetos piloto em todas as regiões.



SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

Primeiro a ser criado, em 2005, o Fórum Regional do Sul e Extremo Sul da Bahia tem como uma de suas maiores contribuições o desenvolvimento de diretrizes para os programas de fomento florestal das empresas participantes. Assumidas, posteriormente, também pelo Fórum Nacional, essas diretrizes estão servindo como referência para os demais fóruns regionais. O cumprimento dessas diretrizes pelos fomentados e pelas empresas que atuam na região está sendo objeto de uma auditoria independente, prevista para ser concluída ainda em 2010.

O Fórum do Sul e Extremo Sul da Bahia prioriza também outros dois temas: o ordenamento territorial e o monitoramento independente de impactos socioambientais da silvicultura. Entre os resultados dessa atuação, dois importantes acordos foram alcançados. O primeiro foi firmado entre pescadores da Reserva Extrativista (Resex) Corumbau e a Veracel e trata da rota das barcas.¹ O segundo foi instituído entre as comunidades e as empresas determinando a distância de afastamento dos plantios florestais dos núcleos urbanos.² O acordo prevê um recuo de 300 metros dos núcleos urbanos e sedes dos municípios de plantios em terras próprias das empresas, a partir dos limites das zonas de expansão urbana definidos até agosto de 2009, pelo IBGE³ ou plano diretor municipal, quando houver.

Também são focos de interesse desse Fórum Regional a formação de corredores ecológicos, através da integração do planejamento e das ações e projetos das organizações e das empresas, do manejo dos plantios de eucalipto nas zonas de amortecimento das unidades de proteção integral e no interior das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e o desenvolvimento e fortalecimento de arranjos produtivos locais visando à recuperação da Mata Atlântica, geração de renda e viabilização de pequenos negócios de base comunitária.⁴

RIO GRANDE DO SUL

Estabelecido em 2007, o Fórum Florestal do Rio Grande do Sul tem como principal desafio discutir a expansão da silvicultura sobre o bioma Pampa, de acordo com regras e zoneamento que respeitem a legislação e favoreçam a conservação da biodiversidade. Tem como tema prioritário a questão da relação entre água e florestas plantadas, assim como a discussão sobre a criação de unidades de conservação no Pampa.

Esse bioma, que ocupa 2% do território brasileiro e 63% do Rio Grande do Sul, ainda é pouco presente na agenda conservacionista e na legislação ambiental, que não dá ao campo o mesmo tratamento oferecido às formações florestais. No entanto, dados do Censo Agropecuário estimaram perda de 3 milhões de hectares de 1970 a 1996 (25% da área), média de 137 mil ha/ano. Atualmente, estima-se que a perda é superior a 200 mil hectares/ano. Restam 42% do Pampa em razoável estado de conservação. Atualmente, apenas 3,2% do território do Pampa está em áreas protegidas.

Um desafio desse Fórum Florestal é influenciar o governo a criar unidades de conservação ou investir nas já existentes com os recursos advindos de compensações ambientais da silvicultura.⁵

¹Ver pág. 23

²Ver pág. 23

³Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁴Ver pág. 46



SÃO PAULO

Em funcionamento desde 2008, o Fórum Florestal de São Paulo elegeu como temas prioritários o planejamento da paisagem, a gestão socioambiental e as parcerias florestais e criou para cada um deles um grupo de trabalho específico. O Grupo de Trabalho de Planejamento da Paisagem, por exemplo, está consolidando a análise de áreas prioritárias para a implantação de ações ambientais e sociais conjuntas.

O Fórum de São Paulo também definiu diretrizes para o fomento florestal e está em fase de definição de diretrizes socioambientais, que servirão como linha de base para projetos de parceria das empresas.

Em dezembro de 2008, o Fórum de São Paulo escolheu priorizar o trabalho junto ao projeto “Corredor do Vale do Paraíba” e atualmente está detalhando as atividades que serão desenvolvidas ou apoiadas.⁶ O objetivo principal desse projeto multi-institucional é restaurar 150 mil hectares de florestas no Vale do Paraíba em 10 anos, sendo 115 mil com viés de recuperação da Mata Atlântica e 35 mil de florestas de produção para geração de renda. A região prioritária para a atuação do Fórum Florestal de São Paulo dentro do corredor será a Serra da Mantiqueira.

O Fórum também deverá atuar na região do Alto Paranaíba, onde irá priorizar a Bacia do Rio Santo Inácio.

Ana Celina Tibúrcio



REUNIÃO DO FÓRUM FLORESTAL DE SÃO PAULO
EM SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA.



Miriam Prochnow

VISTORIA DE CAMPO DO FÓRUM FLORESTAL
DO ESPÍRITO SANTO EM SANTA TERESA.

ESPÍRITO SANTO

O Fórum Florestal do Espírito Santo teve sua primeira reunião em setembro de 2008, quando definiu que um dos temas principais no Estado seriam as ações de fomento florestal pelas empresas. Para tanto, o Fórum iniciará um diagnóstico do uso do solo, com o objetivo de verificar como estão os plantios de eucalipto, para que são plantados e como o fomento se insere nessa realidade. O foco são duas comunidades do município de Santa Teresa – Aparecidinha e Valsugana Velha.

Este projeto piloto⁷ também poderá propor ações de diversificação das atividades nas propriedades rurais, como forma de estimular o desenvolvimento sustentável. Como opção, deverão ser considerados também os serviços ambientais, não só dos recursos hídricos, como também da biodiversidade e da conservação do solo. Outra proposta é a formação de um grupo para auxiliar no desenvolvimento de um Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica em Santa Teresa.

O segundo tema prioritário do Fórum Florestal do Espírito Santo é a criação de corredores ecológicos. Em especial, devem ser consideradas iniciativas já em andamento de ligação, através da formação de corredores, de áreas com remanescentes nativos das empresas Fíbria e Suzano, na região norte do Estado.

⁵Ver pág. 51

⁶Ver pág. 50

⁷Ver pág. 49



**FÓRUM FLORESTAL MINEIRO REUNIDO
EM BELO HORIZONTE.**

MINEIRO

O Fórum Florestal Mineiro foi criado em 2008 e seu objetivo é promover a articulação entre ONGs ambientalistas e empresas que tenham como meta eliminar o uso de carvão vegetal nativo – uma das maiores causas de degradação do Cerrado mineiro – e adotem ações para preservação da biodiversidade. O resultado esperado é que as plantações florestais sejam aliadas na proteção da biodiversidade no Estado de Minas Gerais.

O principal documento produzido até agora pelo Fórum Florestal Mineiro foi o Manifesto em Apoio à Produção e ao Consumo de Florestas Plantadas,⁸ com objetivo de construir uma visão comum entre esses setores, que leve a ações economicamente viáveis e aumente a escala dos esforços para conservação do meio ambiente natural, gerando benefícios tangíveis para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral.

O Fórum vem trabalhando também no intercâmbio de informações sobre as ações socioambientais das empresas e os indicadores utilizados para monitoramento. O próximo passo é realizar um seminário sobre as melhores práticas nessa área, além de melhorar a base de informações técnicas e espaciais de atuação dos membros do Fórum, para identificar as oportunidades de atuação conjunta no campo.

⁸Ver pág. 25

⁹Ver pág. 32

FLUMINENSE

Em funcionamento desde 2008, o Fórum Florestal Fluminense foi criado em antecipação à iminente expansão da silvicultura no estado do Rio de Janeiro. Tem sido um fórum privilegiado para a troca de informações entre a iniciativa privada, o setor público, a academia e a sociedade civil. Entre seus resultados, já se encontra o decreto estadual⁹ que regulamenta a silvicultura em propriedades pequenas e médias no Estado, a partir de um ano da articulação promovida por este Fórum.

O Fórum Fluminense trabalha agora para apoiar o governo estadual no estabelecimento de um programa de adequação ambiental de propriedades rurais. Entre seus temas prioritários estão a produção de sementes e de um mercado florestal, o aumento da agilidade, eficiência e descentralização do licenciamento, os incentivos ao crédito ao fomento e aos serviços ambientais, além do fortalecimento da legislação e da educação ambiental.

Com apenas 30 mil hectares de plantios florestais, o Rio de Janeiro não produz madeira suficiente para suprir a demanda do Estado, que importa mais de 90% do que consome. Ainda modesta, mas em pleno desenvolvimento, a silvicultura do Rio de Janeiro pode se transformar em uma referência para a implantação de mosaicos de florestas plantadas e nativas. A expectativa se deve ao potencial de utilização da indústria de base florestal como instrumento de fomento à formação de corredores ecológicos entre os remanescentes florestais de Mata Atlântica.



**REUNIÃO DO FÓRUM FLORESTAL FLUMINENSE
NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**



FÓRUM FLORESTAL DO PARANÁ E SANTA CATARINA VISITANDO TRILHA ECOLÓGICA EM CAÇADOR (SC).

PARANÁ E SANTA CATARINA

A primeira reunião do Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina aconteceu em julho de 2008. Foram formados dois grupos de trabalho com os seguintes temas prioritários: Fomento Florestal e Planejamento da Paisagem (Projeto Piloto).

Até o momento, foram realizadas sete reuniões coletivas do Fórum e, como produto destes encontros, estão o estabelecimento das diretrizes para o fomento florestal, que estão sendo incorporadas pelas empresas participantes, e a criação de um banco de dados que está em fase de elaboração, visando servir de fonte de informações sobre os participantes do Fórum, bem como ser a base para a realização de projetos conjuntos de planejamento da paisagem, restauração e ações socioambientais.

O grupo de trabalho Planejamento da Paisagem iniciou com a meta principal de desenvolver um projeto piloto. Foi selecionada uma área prioritária para desenvolvimento de projetos que coloquem em campo as diretrizes estabelecidas pelo Diálogo.¹⁰

Entre os desafios elencados pelo Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina, destacam-se a necessidade de divulgar para as empresas e agricultores que não participam deste coletivo a importância de se seguir as normas ambientais atuais para o plantio de exóticas, incluindo princípios de sustentabilidade em seus plantios e considerando o planejamento da paisagem. Também se destaca a necessidade de manter os remanescentes florestais existentes elaborando estratégias e desenvolvimento de mecanismos que possam auxiliar na minimização do desmatamento, principalmente dos remanescentes de floresta de Araucária, onde a principal causa de desmatamento está ligada à conversão de áreas naturais feita por pequenos e médios proprietários independentes.

Outra preocupação é levar as discussões ocorridas no Fórum para a sociedade em geral e discutir demandas da população, procurando incorporar ao Fórum um grupo de trabalho Socioambiental, que está em fase de amadurecimento.

¹⁰ Ver pág. 47

REUNIÕES TEMÁTICAS
SÃO CARACTERÍSTICAS
DO DIÁLOGO FLORESTAL.



FRUTOS DO DIÁLOGO – ACORDOS, MANIFESTOS, DOCUMENTOS E DIRETRIZES

ACORDOS NA BAHIA

Um dos principais frutos do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia são os acordos firmados ou em discussão, que estão mudando a forma das empresas se relacionarem com a região e seus moradores. Nesse sentido, o processo mais avançado é o acordo de “Afastamento de Plantios de Núcleos Urbanos” e o do “Cacau-Cabruca”. Mas também estão em processo de construção acordos sobre a “Rota das Barcaças” e “Silvicultura nas zonas de amortecimento de Unidades de Conservação”.

O acordo de Afastamento de Plantios de Núcleos Urbanos começou a ser discutido quando a Veracel foi questionada sobre a proximidade do plantio em relação a povoados, distritos ou estruturas de uso público. “Nossa reação imediata foi: Vamos perder área plantada!”, conta Eliana Anjos, gerente de Sustentabilidade da empresa. “No momento seguinte, porém, percebemos que ali havia uma excelente oportunidade de desenvolver projetos de empreendedorismo social, de produção de alimentos, de uso múltiplo da terra, com uma parceria que, por um lado, fixaria as pessoas no campo e, por outro, essas pessoas

estariam compartilhando valores materiais e desenvolvimento conosco, o que poderia resultar na percepção de que o negócio da empresa também passa a ter uma parte desenvolvida com e por elas”, disse.

Segundo Eliana, o acordo foi acertado e adotado via diálogo no Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia. Como consequência, em janeiro de 2010, a Veracel Celulose, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália e a Associação de Moradores de Ponto Central e Entorno assinaram um convênio para realização de projeto Agrovida. A proposta é incluir 30 famílias da comunidade de Ponto Central e entorno em um modelo de parceria público privada que garanta o acesso à terra e recursos para produzir alimentos de forma sustentável. “Caiu no nosso colo uma demanda legítima que, se bem desenvolvida, trará a famosa relação ‘ganha-ganha’ que tantos buscam e é tão difícil de praticar”, avalia.

“O movimento está ajudando muito nossa comunidade, porque não tínhamos diálogo nenhum com a empresa que opera na nossa área”, conta Silvaneide Porto Santos, presidente da Associação de Mulheres Artesãs de Ponto Central, em Santa Cruz Cabrália. “O eucalipto era plantado muito próximo da comunidade e, por meio do Fórum Regional, foi decidido afastar da vila as áreas de plantio e ocupar as áreas desocupadas com agricultura familiar”, complementa.

NA BAHIA, OS PRIMEIROS ACORDOS DO DIÁLOGO FLORESTAL.



Miriam Prochnow

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO ACORDO DO CACAU CABRUCÁ

As empresas de celulose não efetivarão plantios de eucaliptos nem comprarão madeira plantada, seja em propriedades próprias ou de terceiros, em áreas atualmente ocupadas ou que estavam ocupadas em 1993 pelo modelo de cultura conhecido como cacau cabruca (plantio de cacau sombreado por matas nativas em lugar do sub-bosque) em municípios do sul da Bahia.



Miriam Prochnow

ACORDO PROTEGE CULTURA DE CACAU CABRUCÁ.

O Projeto Agrovida foi idealizado pela Veracel como solução para as áreas de recuo do plantio de eucalipto próximas das comunidades, criando oportunidades de geração de renda. Com a assinatura do termo, a Veracel disponibilizou uma área de 64 hectares, localizada nas imediações do núcleo urbano da comunidade, em regime de comodato por três anos, podendo ser renovado. Como o compromisso é de uso exclusivo para produção de alimentos, a empresa também oferece aos agricultores os conhecimentos técnicos adquiridos com a experiência de três anos de plantio consorciado de eucalipto com outras culturas agrícolas pelo Sistema Agrossilvicultural (SAS).

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabralia, por meio da Secretaria de Agricultura, presta assistência técnica aos agricultores, disponibilizando sementes para

o plantio e apoia os contatos com empresas da região para a comercialização do excedente de alimentos produzidos. Em abril, o Banco do Nordeste entrou na parceria para assegurar financiamento aos pequenos produtores rurais do projeto.

A gerente de Sustentabilidade da Veracel diz que a experiência não tem sido fácil. “As dificuldades burocráticas são muitas e, em alguns casos, grandes, o que requer paciência e persistência. Mas acreditamos que vamos juntos – empresa e comunidade – vencer os obstáculos e fazer esse desenvolvimento replicável.”

Em fevereiro de 2009, o Fórum da Bahia firmou, também, o Acordo do Cacao Cabruca, pelo qual as empresas de celulose se comprometem a não plantar nem comprar madeira plantada de áreas de cultura de cacao cabruca.



PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL

Zonas de Amortecimento de UCs e Rota das Barcaças

Ainda no âmbito desse Fórum Florestal, houve acordos específicos para o manejo diferenciado em zonas de amortecimento de unidades de conservação (UCs), entre a Veracel e o Parque Nacional (Parna) Pau Brasil e entre a Fibria e o Parna do Descobrimento. “Estamos na fase de transformar esses acordos em diretrizes gerais que possam ser utilizadas por todas as empresas e não somente no entorno de UCs, como também no entorno de áreas de alto valor agregado de conservação, paisagem, história, cultura etc.”, explica Oscar Artaza, secretário executivo do Fórum da Bahia.

Eliane Anjos conta que as premissas de silvicultura nas zonas de amortecimento de UCs surgiram da necessidade operacional da Veracel em relação ao manejo do plantio na área de amortecimento do Parna Pau Brasil. “Várias reuniões foram realizadas, onde houve mais uma vez a oportunidade de desenvolver algo novo, levando em consideração diferentes aspectos e dando a oportunidade aos participantes de calibrar e ampliar seus conhecimentos, paradigmas e crenças. Uma vez estabelecido o acordo entre a empresa e os representantes do Parque, o

PESCADORES E EMPRESAS DEFINIRAM
ACORDO PARA BARCAÇAS.

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO

ACORDO SOBRE AFASTAMENTO DE NÚCLEOS URBANOS

1- Os plantios em terras próprias das empresas serão recuados em 300 metros dos núcleos urbanos e sedes dos municípios, considerados a partir dos limites das zonas de expansão urbana definidos até agosto de 2009, pelo IBGE ou plano diretor municipal, quando houver.

2- Para áreas de novos plantios serão imediatamente respeitados os recuos acordados; para áreas de plantios antigos, os afastamentos de 300 m serão avaliados caso a caso, em conjunto com as comunidades locais, e efetuados na época de colheita da madeira.



3- O uso e ocupação das áreas recuadas serão objeto de plano específico, elaborados com metodologia democrática e participativa de planejamento, possibilitando participação da população local para decisões e deliberações sobre o uso social ou comunitário da terra, além da prevenção de invasões.

4- Os distritos de Helvécia, no município de Nova Viçosa, e Ponto Central, no município de Santa Cruz Cabrália, serão objeto de experimentos piloto de planejamento participativo de que trata este acordo.

5- Haverá prazo mínimo de um ano antes do corte para início da elaboração do plano participativo de uso e ocupação do solo nas áreas de recuo.

6- Não serão fomentados novos plantios dentro dos limites de recuos pactuados, não existindo restrições para contratos antigos de fomento.

7- As empresas apresentarão mapeamento de todos os casos de incidência deste acordo antes do próximo encontro do Fórum. (Aracruz, Suzano e Veracel).

8- As empresas responsáveis pelos experimentos piloto enviarão metodologia ao grupo de mensagens da plenária para debate no GT de Ordenamento Territorial.

PLANTIOS SERÃO AFASTADOS DOS POVOADOS.

resultado do processo foi apresentado ao Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia e resultou em um marco referencial no trato de áreas em zonas de amortecimento. Os ganhos obtidos foram para o meio ambiente, a sociedade e a empresa.”

Está bastante adiantado, também, um acordo em relação à rota das barcas de celulose no litoral do Extremo Sul da Bahia, que transportam este produto até o Porto de Aracruz no Espírito Santo para a Veracel, a partir de reivindicação das Colônias e Associações de pescadores locais ao Fórum Florestal. “Os pescadores pediram o afastamento da rota, por considerar que estava afetando a pesca artesanal, mas quando informa-

mos que isso poderia causar transtornos para as baleias, corais, tartarugas e outros animais, eles também perceberam que a discussão não poderia ficar restrita a empresa e pescadores e que outros atores deveriam ser incluídos”, com Eliane.

A negociação iniciou em novembro de 2009, a partir da reunião do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia. A partir daí, foram realizadas várias reuniões com Associações e Colônias de Pescadores da região, Reserva Extrativista (Resex) Corumbau, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Instituto Chico Mendes (ICMBio), Instituto Baleia Jubarte (IBJ), Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, Capitania dos Portos de Por-



Miriam Prochnow

DIÁLOGO BUSCA ACORDOS PARA MINIMIZAR IMPACTO DA MONOCULTURA.

to Seguro, Veracel e Norsul (empresa responsável pelo transporte marítimo), considerando os argumentos e buscando o consenso e a anuência de cada instituição ou representante legítimo. “Como resultado imediato, a empresa alterou a rota que antes distava 8 milhas da costa para 10 milhas, mas estudos e projetos em conjunto com os pescadores estão em andamento para que a situação seja ainda mais trabalhada”, explica a gerente de Sustentabilidade da Veracel.

A Veracel irá assumir o ônus econômico desta mudança, mas conta agora com o respaldo das partes interessadas para validação da rota mais adequada à passagem das barcas. O Terminal Marítimo de Belmonte (TMB) da Veracel foi construído com o objetivo de usar uma alternativa sustentável, além de reduzir os custos no escoamento da produção de celulose. Por meio dele, são

transportadas mais de um milhão de toneladas/ano de celulose por 600 quilômetros, de Belmonte (Bahia) até a cidade de Aracruz (Espírito Santo). Cada viagem de barcaça realizada representa 384 viagens de carretas a menos pela BR-101. Menos trânsito de caminhões nas estradas e menos emissão de carbono na atmosfera, na avaliação da empresa.

MANIFESTO EM MINAS GERAIS

A primeira ação concreta do Fórum Florestal Mineiro foi o Manifesto em Apoio à Produção e Consumo de Florestas Plantadas, com Responsabilidade Ambiental, Social e Econômica. Segundo Dalce Ricas, superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), o documento traz a principal base filosófica do

Fórum, que é “a crença dos dois setores reunidos – ONGs ambientalistas e empresas – quanto à importância econômica e social dos plantios e seu potencial como aliados na proteção da biodiversidade e da água”.

Lançado em dezembro de 2009, o Manifesto expressa a opinião do grupo e foi elaborado a partir de reuniões para discussão de propostas e considerações de ordens técnica, política, econômica e estratégica. Para Paulo Henrique de Souza Dantas, coordenador de Meio Ambiente Industrial e Florestal da Celulose Nipo-Brasileira (S.A. - Cenibra), o resultado é um documento “desprovido de ideologias, que aborda de forma objetiva os principais aspectos relacionados à contribuição do setor de florestas plantadas para o atendimento à demanda da sociedade por produtos madeireiros e serviços ambientais, bem como identifica a necessidade do aprimoramento do arcabouço legal, institucional e político que leva à adoção

de práticas sustentáveis por aquelas empresas que ainda não conseguiram atingir o nível de excelência que caracteriza o setor em Minas Gerais”.

“Esta é a primeira vez que empresas florestais e ONGs ambientalistas manifestam-se conjuntamente sobre uma atividade que, apesar de sua importância, é vista ainda com receio e preconceito por diversos setores da sociedade”, diz Dalce. Nesse sentido, acredita que o Manifesto é um documento básico para a atuação do Fórum, que tem como uma de suas premissas divulgar informações corretas sobre plantios e proteção do meio ambiente. “O Manifesto representa um posicionamento perante a sociedade de uma visão que está sendo construída pelos participantes do Fórum Mineiro do Diálogo Florestal e que demonstra os níveis de maturidade e profissionalismo que permeiam as atividades do Fórum”, completa Dantas.

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO

MANIFESTO EM APOIO À PRODUÇÃO E CONSUMO DE FLORESTAS PLANTADAS, COM RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

O Fórum Florestal Mineiro, integrante do Diálogo Florestal Nacional, é uma iniciativa que reúne empresas do setor florestal e organizações ambientalistas, com objetivo de construir visão comum entre esses setores, que leve a ações economicamente viáveis e aumente a escala dos esforços para conservação do meio ambiente natural, gerando benefícios tangíveis para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral.

O cultivo de florestas plantadas no Brasil e, especialmente, no estado de Minas Gerais, representa a base de diversas cadeias produtivas e tem significativa representatividade na economia, abrangendo principalmente as indústrias de ferro e aço, papel e celulose, chapas, painéis, móveis e outros produtos madeireiros. As atividades de base florestal representam 4% do PIB e 8% das exportações brasileiras, gerando mais de 4,7 milhões de empregos diretos e indiretos, o que demonstra elevada capacidade de geração de desenvolvimento social e econômico.

O cultivo de florestas plantadas também tem forte relação com a matriz energética nacional. O consumo de lenha e de carvão vegetal representa 33% da matriz energética de Mi-

nas Gerais e 12% da matriz brasileira, participação similar ao uso de energia hidrelétrica e aos diversos usos energéticos da cana-de-açúcar, que representam, respectivamente, 14,9% e 15,9% da matriz nacional. Tudo isso coloca em evidência o papel das florestas plantadas na mitigação das mudanças climáticas.

As condições de solo e clima no Brasil favorecem o cultivo de florestas plantadas e contribuem para desenvolvimento de diversos setores da economia. O país tem grande disponibilidade de terras degradadas e subutilizadas, que podem ser destinadas para expansão dos plantios sem necessidade de desmatamento. Aliadas a essas condições favoráveis, as atividades de pesquisa e desenvolvimento conduzidas por diversas empresas e universidades dotaram o país da mais avançada tecnologia de produção de madeira, com clones de alta produtividade que possibilitam reduzir ainda mais a área demandada e o uso de outros recursos naturais.

Há ainda que se ressaltar que, dentro das boas práticas desenvolvidas por empresas do setor, estão ações organizadas de proteção à biodiversidade, através da preserva-

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO • CONTINUAÇÃO

ção de ambientes florestais nativos, seja como unidades de conservação reconhecidas pelo poder público ou áreas integrantes dos mosaicos de plantios.

Apesar dessas vantagens, o Brasil e outros países em desenvolvimento têm experimentado déficits crescentes de madeira de florestas plantadas, evidenciando a escassez de fontes renováveis e sustentáveis. Além das evidentes perdas econômicas, a persistência do déficit de madeira de florestas plantadas, conhecido como “apagão florestal”, agrava ainda mais a situação socioambiental do país, na medida em que essa escassez pode resultar em:

1. Aumento da pressão pelo desmatamento das florestas nativas, gerando emissões de gases de efeito estufa, prejudicando a biodiversidade e criando incentivos perversos para práticas ilegais e ineficientes de carvoejamento.
2. Aumento das emissões de gases de efeito estufa, devido ao crescimento da participação de combustíveis fósseis na matriz energética brasileira, como carvão mineral e derivados de petróleo, que poderiam ser substituídos complementarmente pelo uso de biomassa renovável, proveniente de madeira de florestas plantadas como, por exemplo, em processos de aquecimento em caldeiras, geração de energia elétrica em usinas térmicas movidas a biomassa e, especialmente, no uso de carvão vegetal renovável na siderurgia.

A ausência, por outro lado, de práticas sustentáveis de produção e consumo de madeira em Minas Gerais, no Brasil e em diversos países gerou graves impactos socioambientais negativos em escala local, regional e global, sobretudo no que se refere ao desmatamento de florestas nativas. Além de danos tangíveis ao meio ambiente e à sociedade, práticas insustentáveis contribuem também para prejudicar a imagem do setor, o que é agravado pela carência de um diálogo sistematizado entre as empresas e outros agentes da sociedade civil.

No entanto, a sociedade brasileira tem desenvolvido, já há bastante tempo, diversos critérios socioambientais, inclusive por meio da legislação aplicável, que permitem que a produção e o consumo de madeira ocorram de modo sustentável, em diversas escalas.

Já existem muitos bons exemplos nos quais os impactos positivos se destacam significativamente e os negativos são

adequadamente mitigados. Isso se torna ainda mais evidente quando a atividade é comparada com outros setores ou ao uso de fontes fósseis de energia. Por isso, é fundamental que o debate sobre a sustentabilidade do setor seja incrementado e que evolua de uma maneira equilibrada, tendo como referência critérios específicos e amplamente discutidos.

Se, por um lado, a sociedade civil organizada tem o dever de criticar condutas empresariais que desrespeitem o princípio da responsabilidade, é igualmente importante que reconheça a relevância ambiental, social e econômica dos plantios florestais e também os casos em que as boas práticas prevaleçam. Em um contexto democrático, não se pode deixar que a imagem daqueles que buscam o caminho do desenvolvimento responsável seja prejudicada por aqueles que não se orientam por esses valores. O risco maior de omissão nesse sentido é de se desencorajar mudanças necessárias nos padrões

de produção e consumo, dificultando ainda mais a adoção das melhores práticas de desenvolvimento ambiental, social e econômico.

Nesse contexto e visando orientar a evolução do debate sobre a responsabilidade na produção e consumo de produtos florestais, o Fórum Florestal Mineiro vem a público para:

1. **Manifestar** apoio e comprometimento para com as boas práticas de plantio florestal, em suas diversas escalas, que incluem o respeito à legislação vigente, o gerenciamento e mitigação dos impactos na biodiversidade e recursos hídricos, a implantação ou manutenção de corredores de florestas nativas intercalados com os plantios homogêneos, a transparência de informações e o engajamento participativo das empresas com as comunidades locais.
2. **Reconhecer** que a superação dos desafios enfrentados pelo setor, a viabilização e a difusão das boas práticas de cultivo de florestas plantadas e a realização dos potenciais benefícios associados ao uso da biomassa de florestas plantadas como fonte de energia limpa dependem significativamente da implantação das seguintes medidas, as quais apoiamos:
 - Coibição, por meio de mecanismos legais e mecanismos de mercado, de produção e consumo de madeira e carvão vegetal proveniente de florestas nativas, que contribuem para degradação ambiental;

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO • CONTINUAÇÃO

- Aprimoramento do marco regulatório e formulação de políticas públicas e mecanismos de avaliação das atividades de silvicultura, de maneira coerente com o tratamento dado às demais práticas socioeconômicas que dependem do uso da terra, como as diversas culturas agrícolas, agroenergéticas e a Agropecuária;
- Reformulação e ampliação dos mecanismos públicos e privados de fomento e financiamento, com o objetivo de facilitar e aumentar a oferta de crédito, em conformidade com a dinâmica de longo prazo, típica de empreendimentos florestais responsáveis, tanto para florestas plantadas quanto para florestas nativas;
- Incentivo à utilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e de demais instrumentos do mercado de carbono como fonte adicional de recursos para estimular a utilização de madeira e carvão vegetal renovável, provenientes de florestas plantadas, como biocombustíveis capazes de substituir fontes fósseis ou não renováveis de energia na produção siderúrgica, bem como para a implantação de medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa ao longo das diversas cadeias produtivas baseadas na silvicultura, de maneira integrada às políticas públicas de financiamento ao setor;
- Inclusão dos plantios florestais como fonte de biocombustíveis sólidos (lenha e carvão vegetal), líquidos (alcatrão) e gasosos (biogás) nas políticas públicas de energia, mudanças climáticas, biodiversidade, desenvolvimento agrário e industrial, e na agenda institucional da presidência da República;
- Promoção do engajamento das entidades da sociedade civil organizada, de representantes dos pequenos produtores silviculturais, dos setores industriais e do governo num diálogo franco, aberto e proativo para soluções economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente equilibradas para o futuro dos plantios florestais no Brasil, como fonte renovável de matéria-prima e energia;
- Divulgação dos mecanismos de gestão socioambiental adequados às atividades de plantio florestal, promovendo a sensibilização de todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva, inclusive os diversos tipos de consumidores;
- Incentivo às iniciativas de certificação ambiental como instrumento gerencial para a implantação de melhorias contínuas das condições sociais, ambientais e econômicas dos empreendimentos florestais no Brasil, e como instrumento de valorização de critérios de sustentabilidade pelos diversos consumidores envolvidos nas cadeias produtivas;
- Respeito à legislação florestal vigente, nos níveis federal e estadual, especialmente no que se refere à manutenção dos parâmetros e aspectos fundamentais relativos às áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal ora vigentes, dispositivos que eventualmente poderão ser melhor regulamentados para facilitar seu entendimento e aplicação, garantindo-se a não redução dos serviços ambientais que proporcionam à sociedade;
- Conceitos de área de preservação permanente (APP) e reserva legal ora vigentes, permissão para uso de APPs em atividades de baixo impacto ambiental e soma das mesmas à área de reserva legal de pequenas propriedades, normas que eventualmente poderão ser melhor regulamentadas para facilitar seu entendimento e aplicação sem modificar aspectos fundamentais dessas áreas ou reduzir benefícios ambientais que proporcionam à sociedade.

3. Ressaltar a importância do Fórum Florestal Mineiro como um espaço para a construção, manutenção e consolidação de um diálogo proativo para gerar resultados positivos, na implementação de plantios florestais ambientalmente, socialmente e economicamente responsáveis.

Belo Horizonte, 03 de Dezembro de 2009.

Associação Mineira de Defesa Ambiente - Amda; Associação Mineira de Silvicultura - AMS; Conservação Internacional - CI; Fundação Biodiversitas; Instituto Bioatlântica; Instituto Hóu; Valor Natural; Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri; Plantar SA; Siderpa LTDA; Arcelor Mittal Florestas; Siderúrgica Alterosa SA; Celulose Nipo-Brasileira S/A - Cenibra.

DOCUMENTO E DECRETO NO RIO DE JANEIRO

A atuação do Fórum Florestal Fluminense está pautada em diretrizes estabelecidas no documento Diretrizes para Elaboração de um Programa de Adequação Ambiental das Propriedades Rurais no Rio de Janeiro. A partir desse documento, trabalha para apoiar o governo estadual no estabelecimento desse programa.

Entre os resultados do Fórum Fluminense está, ainda, o decreto estadual que regulamenta a silvicultura em propriedades pequenas e médias no Estado, a partir de um ano da articulação promovida por este Fórum.



Thadeu Melo

REUNIÃO DO FÓRUM FLORESTAL FLUMINENSE.

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES RURAIS NO RIO DE JANEIRO

Organizado como um dos sete fóruns regionais permanentes do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica e o Pampa, o Fórum Florestal Fluminense tem como objetivo primordial a integração dos esforços e a identificação de agendas comuns entre empresas, organizações ambientalistas, produtores rurais e gestores públicos.

A consequência esperada é o aprimoramento e o desenvolvimento de atividades e negócios florestais de base sustentável, que promovam a geração de trabalho, renda e divisas, associada à conservação e restauração da Mata Atlântica e dos serviços ecossistêmicos associados no estado do Rio de Janeiro.

O Fórum é articulado pelo Instituto BioAtlântica (IBio), pela Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro (APEFERJ), pela Aracruz Celulose e pelas federações da indústria (FIRJAN) e da agricultura (FAERJ), sob a supervisão e o apoio da Secretaria Executiva e do Conselho de Coordenação do Diálogo Florestal.

Dentre os temas prioritários escolhidos pelos participantes do Fórum para sua atuação e influência, a adequação ambiental de propriedades rurais foi considerada como fundamental para o desenvolvimento de negócios sustentáveis no estado. A partir das discussões e dinâmicas de trabalho realizadas em três encontros (25 de março de 2009, em Itaperuna; 20 de maio de 2009, em Nova Friburgo; 26 de agosto de 2009, na Cidade do Rio de Janeiro), incluindo ainda a

colaboração de profissionais e instituições no período entre os encontros, foram definidas as diretrizes para um programa de adequação ambiental em larga escala no estado do Rio de Janeiro, que apresentamos neste documento.

Como potenciais vetores para a catalisação de ações de adequação ambiental de propriedades rurais (averbação e recuperação de Reservas Legais -RL / proteção e restauração de Áreas de Preservação Permanente - APP), os participantes do Fórum identificaram as prefeituras municipais, a silvicultura comercial e os incentivos fiscais.

Para facilitar sua compreensão e implantação, optou-se por organizar as diretrizes aqui apresentadas em quatro grupos, sendo o primeiro grupo das diretrizes gerais e os demais com diretrizes específicas para cada um dos vetores potenciais apontados.

1. Diretrizes gerais

1.1. O órgão ambiental competente deve envidar esforços no sentido de disponibilizar aos proprietários rurais e prefeituras municipais, uma base digital de alta resolução, bem como imagens de sensores remotos e ortofotos, se disponíveis, para otimizar e facilitar os processos de alocação e demarcação das áreas protegidas em propriedades rurais, especialmente as Áreas de Preservação Permanente, considerando fragmentos

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO • CONTINUAÇÃO

vizinhos e conectividade da paisagem.

2. O órgão ambiental competente deve elaborar e disponibilizar, diretamente ou por intermédio de banco de dados georreferenciados já disponíveis na web, um cadastro georreferenciado das Reservas Legais já averbadas.

3. O órgão ambiental competente deve contar com procedimentos claros e transparentes para o reconhecimento e registro das Reservas Legais, prevendo também os procedimentos para reconhecimento de Servidão Florestal e de Cotas de Reserva Legal.

4. Os órgãos governamentais estaduais e municipais devem contratar engenheiros ou técnicos florestais e agrônomos/agrícolas, diretamente ou por intermédio de convênios e termos de cooperação técnica, para atuação nas áreas de extensão rural e assistência técnica florestal.

5. Simplificar ao máximo, dentro dos limites exigidos pela legislação e pela segurança jurídica das propriedades, os requisitos e metodologias necessários para a realização dos serviços de agrimensura e topografia, permitindo o uso de GPS de navegação.

6. Valorizar e respeitar a qualificação e o discernimento do profissional que assume a Responsabilidade Técnica pela medição, alocação e demarcação da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, uma vez que o mesmo poderá ser responsabilizado, inclusive judicialmente, caso sejam constatados erros no seu trabalho.

7. Considerar os ditames, orientações e definições estabelecidas pelas Instruções Normativas 4 e 5, de 8 de setembro de 2009, ambas do Ministério do Meio Ambiente, que dispõem sobre o procedimentos técnicos e metodológicos para a utilização da vegetação da RL sob regime de manejo sustentável e para restauração e recuperação de APP e RL, respectivamente.

8. Apoiar a proposta de método de cálculo da Reserva Legal encaminhada pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro.

****** Detalhamento da Diretriz 8: a Reserva Legal deverá

ser calculada sobre a área total da propriedade descontando-se a área de APP. Por exemplo: em imóvel com 100 (cem) hectares de área total e 10 (dez) hectares de APP, o cálculo da área de Reserva Legal consideraria o percentual de 20% sobre 90 (noventa) hectares, que será, portanto, de 18 hectares.

2. Prefeituras municipais

O Fórum Florestal Fluminense entende que as prefeituras municipais – que têm participado ativamente dos encontros, especialmente os realizados no interior – podem desempenhar um papel fundamental no fomento e apoio à adequação ambiental das propriedades rurais localizadas no seu território.

Entende também que o momento é especialmente oportuno para isso, sobretudo se considerarmos os avanços e as oportunidades trazidas pelo ICMS-Verde e pela Lei da Mata Atlântica, que prevê a consolidação de um Fundo de Restauração da Mata Atlântica amparado por planos municipais de conservação e recuperação ambiental.

Na construção das diretrizes elencadas abaixo, levou-se também em consideração a atuação das prefeituras junto aos comitês de bacias hidrográficas e a possibilidade de se organizarem em consórcio intermunicipais que abordem a questão da proteção dos serviços ecossistêmicos oferecidos pelas florestas – em especial abastecimento de água, proteção de solos, armazenamento e sequestro de carbono, amenização do clima e proteção de paisagens naturais.

A implantação de programas relacionados a medidas de compensação e pagamento por serviços ambientais devem se tornar incentivos claros à proteção dos remanescentes florestais e à restauração de áreas críticas desmatadas, como apresentado pelo quarto conjunto de diretrizes deste documento.

As prefeituras municipais, na medida em que estejam estruturadas, capacitadas e adequadamente orientadas – dos pontos de vista técnico, político a fiscal – se destacam entre os órgãos governamentais que mais poder de influência terão no desafio de regularizar e adequar ambientalmente a produção agropecuária e florestal.

O foco destas diretrizes é recomendar que as secretarias municipais de Meio Ambiente e de Agricultura contem com uma equipe multidisciplinar devidamente capacitada,

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO • CONTINUAÇÃO

no intuito de instrumentalizar as prefeituras para licenciarem projetos de baixo impacto para o Estado, receber ICMS Verde e apoiar a criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

Para isso, há oportunidades de apoio e de recursos dos governos estadual e federal, oportunidades estas que poderão se multiplicar com a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente, do plano municipal de conservação e recuperação ambiental (Art. 38 da Lei 11.428/2006, Lei da Mata Atlântica) e de outras estruturas municipais de gestão ambiental (Conselho Municipal, Guarda Florestal Municipal, etc.).

Diretrizes:

1. Implantação de um programa específico para difusão entre as prefeituras municipais de exemplos bem sucedidos de gestão ambiental municipal pró-ativa. Foram identificados os casos das prefeituras de Rio Claro e Resende, no próprio estado do Rio de Janeiro, além de outros programas, como o ProdutorES de Água do Espírito Santo, município de Extrema (MG) e da Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

2. Naqueles municípios que já possuam uma Secretaria Municipal de Meio

Ambiente, fomentar a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, com composição paritária e caráter deliberativo. Onde o órgão ambiental for uma subsecretaria, um departamento ou mesmo uma seção, fortalecer o mesmo, dotando-o de estrutura e pessoal necessários e ampliando seu status no organograma municipal, sempre que possível. Criar, nas secretarias, cargos técnicos condizentes com as capacitações necessárias para o bom desempenho de suas atribuições, incluindo a criação da Guarda Florestal Municipal.

3. Orientação para criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente, demonstrando para os prefeitos as vantagens e oportunidades para a destinação dos recursos adicionais decorrentes do ICMS-Verde para o Fundo.

4. Fortalecer e apoiar, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, programas e ações de capacitação para o pessoal das secretarias municipais de Meio Ambiente e de Agricultura, para que possam atuar diretamente nas ações de fomento à adequação ambiental

junto aos proprietários rurais, bem como na orientação sobre suas obrigações legais quanto a averbação de Reserva Legal e proteção/recuperação das Áreas de Preservação Permanente de suas propriedades.

5. Verificar no Município como está a política ambiental e agrícola (Legislação Municipal).

6. Orientar e qualificar os membros dos Conselhos Municipais existentes.

7. Promover a articulação e a cooperação intermunicipal, por meio de projetos consorciados, comissões e comitês intermunicipais e associações regionais de prefeitos.

8. Elaborar termos de parceria com entidades privadas para capacitação de técnicos de associações de produtores, de sindicatos rurais e de cooperativas agrícolas.

9. Fortalecer as parcerias das prefeituras com o Programa Rio Rural, da Secretaria de Agricultura do Estado.

10. Envolver as entidades municipais – como a ANAM-MA e a AMERJ – nas estratégias de implantação das diretrizes aqui indicadas.

Vale lembrar que a simples averbação da Reserva Legal não credencia o produtor a receber benefícios como o ICMS Ecológico. Mas, cabe ressaltar que é possível sobrepor à Reserva Legal uma RPPN. Deste modo, e dependendo de alguns avanços na legislação e no Programa Estadual do ICMS Ecológico, tornado estas reservas aptas para receber tal benefício.

Além disso, a área protegida sob Reservas Legais averbadas com cobertura florestal deveria ser considerada como mais um quesito dentre os critérios de avaliação da qualidade ambiental dos municípios para efeito do cálculo do índice que define os repasses do ICMS Ecológico.

3. Silvicultura comercial

O Fórum Florestal Fluminense entende que a silvicultura comercial apresenta um forte potencial para servir como um indutor e fomentador da adequação ambiental de propriedades rurais, na medida em que:

1. Para o licenciamento da silvicultura é necessário recompor de 12% a 16% das Áreas de Preservação

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO • CONTINUAÇÃO

Permanente, além de averbar a Reserva Legal, promovendo ganho ambiental para a produção, para a propriedade e para a região.

2. Programas de fomento de silvicultura comercial podem incluir entre os benefícios para os proprietários a orientação técnica e o subsídio para a alocação, demarcação e averbação da Reserva Legal.

3. Permite ao produtor acesso à informações sobre procedimentos para requerer licenciamento ao órgão ambiental, com esclarecimentos ao produtor sobre legislação ambiental, rendimentos financeiros e técnicas de cultivo, através de ciclo de palestras.

4. Pode subsidiar, ao menos parcialmente, os custos da restauração florestal, quando necessária, por meio da orientação técnica e da doação de insumos

(mudas, por exemplo), através de programas de fomento florestal públicos ou privados.

5. Possibilita o acesso do produtor a linhas de crédito e financiamentos facilitados para projetos de silvicultura.

6. Promova o uso de sistemas agrossilviculturais de produção.

4. Incentivos fiscais e políticas públicas

Como incentivos fiscais, os participantes do Fórum Florestal Fluminense entendem os programas de pagamento por serviços ambientais, créditos, fundos e outras fontes de recursos. O Fórum percebe ainda que a obrigatoriedade estabelecida pela legislação federal para a adequação ambiental das propriedades rurais pode se tornar uma oportunidade para fomento a negócios sustentáveis no meio rural, incluindo a abertura de possibilidades no mercado de serviços ambientais.

Considerando que o acesso a diversas linhas de crédito rural já exigem do proprietário a adequação ambiental do seu imóvel e que o perfil das propriedades no estado do Rio de Janeiro é de pequenas propriedades, o Fórum identifica nestas características dois pontos positivos entre os incentivos fiscais e as diretrizes para adequação ambiental.

Deste modo, os participantes do Fórum Florestal Fluminense propõem as seguintes diretrizes:

1. Criação e estruturação Fundo Florestal Estadual, considerando que o governo do estado recebeu autorização da Assembléia Legislativa para criar este fundo pela Lei Estadual 3.532, de 9 de janeiro de 2001. Será necessária, entretanto, que a regulamentação desta lei preveja e garanta a destinação dos recursos deste fundo para financiar atividades de adequação e recuperação ambiental nas propriedades rurais. Uma alternativa, ou ainda uma ação complementar à criação deste fundo, seria a definição de um mecanismo específico dentro do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (FECAM) destinado à adequação ambiental da produção rural no estado, em larga escala, sobretudo se consideramos que a maior parte dos imóveis tem menos que 400 hectares.

2. Elaboração de uma minuta modelo de um decreto municipal que destine uma parcela do repasse do ICMS referente ao ICMS Ecológico diretamente para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, incluindo a previsão de aplicação destes recursos em ações de adequação ambiental das propriedades rurais.

3. Aproveitamento das experiências do Programa Nacional de Florestas (PNF) e do Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais (PENSAF), incluindo os diagnósticos realizados nas regiões Norte e Nordeste, como exemplos para a criação de um programa estadual de florestas.

4. Analisar mais profundamente as oportunidades de financiamento das atividades de agropecuária, silvicultura e meio ambiente (incluindo recuperação florestal) existentes atualmente no BNDES, identificando aquelas que poderiam apoiar, direta ou indiretamente, a adequação ambiental da produção rural no estado.

5. Envolver os comitês de bacias hidrográficas no debate e na construção do programa estadual de adequação ambiental, propondo a alocação de recursos específicos para a adequação ambiental, restauração florestal e programas de pagamento por serviços ambientais.

6. Criação de uma área-piloto (município, bacia ou conjunto de municípios ou de bacias) para utilização articulada de recursos do ICMS Ecológico e/ou do pagamento pelo uso da água para adequação ambiental.

ESCALA DE PRODUÇÃO DA
SILVICULTURA FOI REGULADA
POR DECRETO NO RIO.

Miniam Prochnow



VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO

DECRETO Nº 41.968 DE 29 DE JULHO DE 2009.

REGULAMENTA A LEI Nº 5.067, DE 9 DE JULHO DE 2007, NO QUE SE REFERE A EMPREENDIMENTOS DE SILVICULTURA ECONÔMICA, DEFINIDOS COMO PEQUENA E MÉDIA ESCALA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e, tendo em vista o constante do processo nº E-07/500297/2009,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de disciplinar a atividade de Silvicultura Econômica no Estado do Rio de Janeiro,
- a necessidade de estabelecer os procedimentos para a regularização do licenciamento dos empreendimentos de silvicultura já instalados no Estado, assim como os que vierem a se instalar,
- o disposto na Lei Estadual nº 5.067, de 09 de julho de 2007, que estabelece as diretrizes gerais para licenciamento da atividade de Silvicultura Econômica em âmbito estadual, e
- que cabe ao Poder Executivo regulamentar a matéria, nos termos do art. 20 da Lei Estadual nº 5.067, de 09 de julho de 2007,

DECRETA:

Art. 1º – Este Decreto regulamenta a Lei Estadual nº 5.067, de 09 de julho de 2007, no que se refere à atividade de silvicultura econômica no Estado do Rio de Janeiro, para empreendimentos assim definidos como de pequena e média escala, estabelecendo os critérios a serem observados para a implantação da atividade.

Art. 2º – Os projetos de silvicultura econômica com finalidade de produção madeireira e não madeireira serão disciplinados de acordo com o que dispõe este Decreto, bem como as demais normas complementares.

Parágrafo Único – Os projetos a que se refere o caput deste artigo deverão ser implantados, de preferência, em áreas de cultura agrícola e pecuária, alteradas, subutilizadas ou abandonadas, localizadas fora das Áreas de Preservação

Permanente, Reserva Legal e áreas de remanescentes de Mata Atlântica, definidas pela legislação em vigor.

Art. 3º – Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I – Silvicultura econômica: atividade de implantação, manejo e colheita de povoamentos florestais, visando o aproveitamento e manutenção racional dos ativos florestais em função do interesse econômico, ecológico, científico, social e da demanda do mercado;

II – Comunicação de Implantação de Silvicultura: procedimento administrativo pelo qual o empreendedor de pequena escala declara ao órgão ambiental competente o início e/ou a continuidade da atividade de silvicultura econômica;

III – Licenciamento Ambiental Simplificado: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental licencia, em uma única fase, a localização, a implantação e o manejo da atividade da silvicultura econômica, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso, culminando, findo o procedimento, com a emissão ou indeferimento da Licença Ambiental Simplificada – LAS;

IV – Manejo Florestal Sustentável: administração do povoamento florestal para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentabilidade do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal;

V – Plano de Manejo Florestal Sustentável: documento técnico básico, constituído por planos operacionais anuais, que contém as diretrizes e procedimentos para a administração do povoamento florestal, visando à obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, observada a definição de Manejo Florestal Sustentável;

VI – Órgão Ambiental Competente: entidade da Administração Pública, direta ou indireta, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, responsável pela execução da Política Ambiental no âmbito da sua esfera de competência, visando à proteção e me-

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO • CONTINUAÇÃO

lhoria da qualidade ambiental, assim como o desenvolvimento sustentável.

VII – Empreendimento de Pequena Escala: aquele com áreas de plantio enquadradas na categoria de Comunicação de Implantação de Silvicultura, dependendo da região hidrográfica, conforme os parâmetros definidos no artigo 10 da Lei nº 5.067/2007 e reproduzidos no artigo 12 deste Decreto;

VIII – Empreendimento de Média Escala: aquele com áreas de plantio enquadradas na categoria de Licenciamento Ambiental Simplificado, dependendo da região hidrográfica, conforme os parâmetros definidos no artigo 10 da Lei nº 5.067/2007 e reproduzidos no artigo 12 deste Decreto, até o limite de 200 (duzentos) hectares;

IX – Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco;

CAPÍTULO I

DO LICENCIAMENTO DA SILVICULTURA ECONÔMICA

Art. 4º – A silvicultura econômica, atividade que utiliza recursos naturais, dependerá de prévio licenciamento ambiental, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º – Os empreendimentos enquadrados como de Comunicação de Implantação de Silvicultura estão isentos dos procedimentos de licenciamento ambiental descrito no caput deste artigo.

§ 2º – Estão sujeitos ao Licenciamento Ambiental Simplificado os empreendimentos de silvicultura econômica de média escala.

Art. 5º – O procedimento de licenciamento ambiental da atividade de silvicultura econômica será de competência do órgão ambiental estadual, ressalvadas as hipóteses de delegação para órgão ou entidade municipal integrante do SISNAMA, nos termos da legislação estadual específica.

Art. 6º – O requerente da licença ambiental deverá apresentar documento da Prefeitura, informando se a atividade está em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo.

Art. 7º – Os projetos em áreas contíguas de mesma titularidade serão classificados de acordo com o somatório das áreas e não por cada área individualizada.

Art. 8º – Os projetos de silvicultura econômica, sujeitos ao licenciamento ambiental simplificado, deverão apresentar um responsável técnico, devidamente habilitado pelo CREA/RJ.

Art. 9º – Os requerimentos de licenciamento ambiental dos empreendimentos de silvicultura econômica deverão ser protocolados na sede do órgão ambiental estadual ou nas suas superintendências regionais, obedecendo aos parâmetros legalmente estabelecidos e acompanhados da documentação pertinente, especialmente da Prefeitura que ateste a conformidade da atividade à legislação de uso e ocupação do solo.

§ 1º – O requerente de empreendimento enquadrado como Comunicação de Implantação de Silvicultura deverá apresentar somente o Formulário do Anexo I deste decreto devidamente preenchido e assinado pelo empreendedor.

§ 2º – O requerente de Licença Ambiental Simplificada deverá apresentar o Formulário do Anexo I, acompanhado da documentação prevista no Anexo II deste Decreto.

§ 3º – Os projetos de Licenciamento Ambiental Simplificado poderão ser apresentados, pelo requerente, nos escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro S/A – EMATER-RIO e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA, que encaminhará imediatamente os documentos recebidos à sede do órgão ambiental competente ou às Superintendências Regionais para avaliação e procedimentos cabíveis, de acordo com o caput deste artigo.

Art. 10 – O órgão ambiental estadual terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para análise do pedido de Licenciamento Ambiental Simplificado, a contar do ato de protocolo do requerimento até seu deferimento ou indeferimento, podendo solicitar a qualquer momento documentos, informa-

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO • CONTINUAÇÃO

ções ou formular exigências complementares, em função das peculiaridades da atividade em nível local e regional.

§ 1º – A data inicial para fruição do prazo previsto no caput deste artigo será a de recebimento, pelo órgão ambiental estadual, da documentação necessária para a instauração do procedimento administrativo, devendo constar carimbo, data e assinatura do funcionário que os recebeu;

§ 2º – Suspender-se-á o prazo previsto no caput deste artigo a cada notificação emitida pelo órgão ambiental estadual ao empreendedor até que este providencie o efetivo cumprimento das exigências formuladas;

Art. 11 – A validade de cada Licença Ambiental Simplificada será de, no mínimo, 5 (cinco) anos e, no máximo, 10 (dez) anos, conforme especificado no respectivo documento, levando em consideração os cronogramas de execução estabelecidos nos projetos, as condicionantes propostas e as características ambientais do empreendimento e da área de implantação da atividade.

§ 1º – Na renovação da licença, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, respeitados os limites estabelecidos no caput deste artigo.

§ 2º – A renovação da licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

§ 3º – Culturas florestais enquadradas na silvicultura econômica que possuam ciclo vegetativo mais longo terão suas respectivas licenças renovadas sem custo e de forma expedita, desde que comprovada a execução correta da implantação do projeto através de relatórios técnicos.

CAPÍTULO II

DO PORTE DA ATIVIDADE E DOS PARÂMETROS ESTABELECIDOS

NO LICENCIAMENTO DE SILVICULTURA ECONÔMICA COM BASE NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS

Art. 12 – O licenciamento da silvicultura econômica deverá obedecer aos parâmetros definidos neste Decreto, segundo

as regiões hidrográficas instituídas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos:

I – RH-I, nesta região não serão permitidos novos projetos de silvicultura econômica;

II – RH-II, comunicação de implantação para áreas até 20 ha, e licenciamento simplificado – a partir de 20 ha;

III – RH-III, comunicação de implantação para áreas até 50 ha, e licenciamento simplificado – a partir de 50 ha;

IV – RH-IV, comunicação de implantação para áreas de até 10 ha e de 10 ha a 50 ha, dependendo da altitude, e licenciamento simplificado – a partir de 10 ha.

V – RH-V, comunicação de implantação para áreas até 15 ha, e licenciamento simplificado – a partir de 15 ha;

VI – RH-VI, comunicação de implantação para áreas até 15 ha, e licenciamento simplificado – a partir de 15 ha;

VII – RH-VII, comunicação de implantação para áreas de até 15 ha e de 15 ha a 50 ha, dependendo da altitude, e licenciamento simplificado – a partir de 15 ha;

VIII – RH-VIII, comunicação de implantação para áreas até 20 ha, e licenciamento simplificado – a partir de 20 ha;

IX – RH-IX, comunicação de implantação para áreas até 50 ha, e licenciamento simplificado – a partir de 50 ha;

X – RH-X, comunicação de implantação para áreas de até 50 ha, e licenciamento simplificado – a partir de 50 ha;

Art. 13 – Para as Regiões Hidrográficas (RH) IV e VII, a Comunicação de Implantação de Silvicultura e o Licenciamento Ambiental Simplificado serão instrumentos válidos na combinação da altitude com o tamanho da área do projeto de silvicultura.

I – RH IV – Região Hidrográfica do Piabanha – Comunicação de Implantação de Silvicultura até 800 metros de altitude com área máxima de 50 ha; acima de 800 metros de altitude será objeto de Licenciamento Ambiental Simplificado com área máxima de 10 ha.

II – RH VII – Região Hidrográfica de Dois Rios – Comunicação de Implantação de Silvicultura até 800 metros de altitude com área máxima de 50 ha; acima de 800 metros de altitude será objeto de Licenciamento Ambiental Simplificado com área máxima de 15 ha.

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO • CONTINUAÇÃO

CAPÍTULO III

DA COMUNICAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO
DA ATIVIDADE DE SILVICULTURA ECONÔMICA

Art. 14 – Para a implantação do projeto de silvicultura econômica de empreendimentos de pequena escala, mediante a prévia Comunicação de Implantação de Silvicultura, o requerente deverá apresentar o Formulário – Anexo I, preenchido e protocolado na Sede ou nas Superintendências Regionais do órgão ambiental competente ou encaminhado em meio eletrônico.

§ 1º – O formulário de requerimento de Comunicação de Implantação de Silvicultura estará disponível no site do órgão ambiental estadual, podendo ser enviado via Internet, entregue diretamente na sede do órgão ou nas suas superintendências regionais;

§ 2º – A Comunicação de Implantação de Silvicultura pode ser apresentada pelo requerente, nos escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro S/A – EMATER-RIO e na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA, que encaminhará imediatamente os documentos recebidos à sede do órgão ambiental competente ou às Superintendências Regionais para avaliação e procedimentos cabíveis, de acordo com o caput deste artigo.

§ 3º – O enquadramento do empreendimento em Comunicação de Implantação de Silvicultura não isenta o requerente de atender aos dispositivos legais que tratam das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

Art. 15 – Os requerimentos de Comunicação de Implantação de Silvicultura são de caráter declaratório e não ensejam nenhum pagamento de taxas.

Art. 16 – O projeto enquadrado em Comunicação de Implantação de Silvicultura poderá ser vistoriado pelo órgão ambiental competente, a qualquer tempo, para avaliação e verificação de sua adequação à legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DOS EMPREENDIMENTOS DE MÉDIA
ESCALA DE SILVICULTURA ECONÔMICA

Art. 17 – Os projetos de média escala, que estão sujeitos ao

Licenciamento Ambiental Simplificado, deverão ser acompanhados de Plano de Manejo Florestal atendendo, no mínimo, aos seguintes fundamentos técnicos:

I – caracterização da propriedade;

II – mapa esquemático da propriedade contendo: área de preservação permanente, reserva legal, hidrografia, área do projeto georreferenciado e indicação de acessos;

III – tabela de Coordenadas da área georreferenciada do projeto;

IV – plano de corte contendo: espécie plantada, espaçamento, estoque, ciclo de corte/colheita, período/época de colheita e sistema de exploração;

V – tratos silviculturais, reforma de talhão caso existir e tempo de permanência da cultura.

Art. 18 – As áreas georreferenciadas, para fins deste Decreto, poderão ser obtidas com a utilização de equipamentos portáteis de navegação do Sistema Global de Posicionamento – GPS.

CAPÍTULO V

DAS RESTRIÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO
DE PROJETOS DE SILVICULTURA ECONÔMICA

Art. 19 – A atividade de silvicultura econômica só poderá ser implantada desde que atendidas as seguintes restrições:

I – O uso e ocupação de áreas desprovidas de vegetação nativa, desde que estas não tenham sofrido supressão para este fim;

II – Esteja fora de áreas de preservação permanente, assim definidas por lei;

III – Esteja fora de área de reserva legal;

IV – As áreas plantadas deverão estar distanciadas, no mínimo, dois quilômetros (2 km) do perímetro urbano da sede do município com população superior a cem mil (100.000) habitantes e de seiscentos metros (600 m) do perímetro urbano das vilas, povoados e demais municípios;

CAPÍTULO VI

DAS ÁREAS PROTEGIDAS DOS EMPREENDIMENTOS

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO • CONTINUAÇÃO

Art. 20 – Na implantação de silvicultura econômica, de pequena e média escalas, bem como em propriedades rurais de base familiar, dever-se-á recuperar integralmente as áreas de preservação permanente como estabelecido na legislação vigente, respeitando-se os seguintes critérios:

I – Como requisito para a implantação da silvicultura econômica, o proprietário ou possuidor fica obrigado a recuperar, no mínimo, doze por cento (12%) da área correspondente ao projeto nas regiões do Médio Paraíba do Sul (RH – III), do Baixo Paraíba do Sul (RH – IX) e do Itabapoana (RH – X); e

II – Como requisito para a implantação da silvicultura econômica, o proprietário ou possuidor fica obrigado a recuperar, no mínimo, dezesseis por cento (16%) da área correspondente ao projeto nas regiões do Guandu (RH – II), de Piabanha (RH – IV), da Baía de Guanabara (RH – V), de Lagos e Bacia do São João (RH – VI), de Dois Rios (RH – VII) e de Macaé e das Ostras (RH – VIII).

§ 1º – O órgão ambiental competente deverá estabelecer, no âmbito do licenciamento, os prazos para a recuperação, em sua totalidade, das áreas de que trata o caput deste artigo.

§ 2º – O Estado promoverá, através da criação de hortos florestais, o fornecimento de mudas de Mata Atlântica para fomentar o reflorestamento com espécies nativas, conforme disposto no artigo 9º da Lei nº 5067/2007, em seu parágrafo único.

de julho de 2007, deverão adequar-se aos critérios estabelecidos no presente Decreto, a partir da data de sua publicação, de acordo com o seguinte:

I – Os projetos enquadrados nos critérios de Comunicação de Implantação de Silvicultura terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias para protocolar a referida comunicação no órgão ambiental competente.

II – Os projetos enquadrados nos critérios de Licenciamento Ambiental Simplificado terão prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias para protocolar o pedido de Licenciamento no órgão ambiental competente.

Art. 23 – O órgão ambiental competente editará os procedimentos internos necessários ao cumprimento do disposto neste Decreto em um prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Art. 24 – O descumprimento ao disposto neste Decreto bem como da Lei Estadual nº 5.067, de 09 de julho de 2007, dentre outras, sujeitará os infratores às penalidades e sanções previstas na Lei Estadual nº 3.467/2000.

Art. 25 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 – O órgão ambiental estadual poderá celebrar termo de cooperação técnica com a EMATERRIO e as Prefeituras Municipais, para realização de vistorias dos empreendimentos de silvicultura econômica a serem licenciados, de modo a obter celeridade na apreciação dos projetos.

Parágrafo Único – Para o que trata o caput deste artigo, os técnicos da Instituição conveniada responsáveis pela vistoria do projeto não poderão participar da elaboração/implantação dos mesmos.

Art. 22 – Os empreendimentos de silvicultura econômica implantados anteriormente à Lei Estadual nº 5.067, de 09

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2009.
SÉRGIO CABRAL

DIRETRIZES DE FOMENTO NA BAHIA E NO PARANÁ E SANTA CATARINA

O Fórum Regional do Sul e Extremo Sul da Bahia tem como uma de suas maiores contribuições o desenvolvimento de diretrizes para os programas de fomento florestal das empresas participantes, por meio das quais elas se obrigaram a garantir que os proprietários rurais por elas fomentados também respeitem a legislação ambiental e outros princípios estabelecidos em conjunto.

O cumprimento dessas diretrizes pelos fomentados e pelas empresas que atuam na região foi objeto de uma auditoria independente, concluída em 2010. O relatório da auditoria pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.dialogoflorestal.org.br/forum-florestal-do-sul-e-extremo-sul-da-bahia/fomento-florestal/>

Assumidas, posteriormente, também pelo Fórum Nacional, essas diretrizes estão servindo como referência para os demais fóruns regionais, como o do Paraná e Santa Catarina.

A partir do acordo de fomento estabelecido pelo Fórum Regional da Bahia, o Fórum do Paraná e Santa Catarina também desenvolveu o seu, com poucas alterações, visando adaptar o programa ao contexto local. “O fomento florestal na nossa região tem um cunho bastante social, em que o percentual de comprometimento de fornecimento de madeira para a empresa promotora do fomento é muito menor em relação ao praticado nas outras regiões. Além disso, o número de fomentados com os quais trabalhamos é grande”, explica Ivone Satsuki Namikawa Fier, gerente de Sustentabilidade Florestal da Klabin.

Desde o início do programa de Fomento Florestal da Klabin até o final de dezembro de 2009, nos dois estados, já



Miriam Prochnow



Miriam Prochnow

PROPRIEDADE DE FOMENTO NA BAHIA, O OBJETIVO É DIVERSIFICAR.

foram distribuídas 166 milhões de mudas, beneficiando 18 mil proprietários fomentados em 79 municípios, resultando em 94 mil hectares plantados. Para acessar o benefício, o interessado precisa cumprir a legislação ambiental e trabalhista. Todas as empresas participantes do Fórum Regional do Paraná e Santa Catarina se comprometeram a implementar as diretrizes estabelecidas, tendo como ponto de partida uma divulgação ampla aos fomentados.

A Klabin, por exemplo, publicou um folder sobre o programa de fomento da empresa, com uma página que traz as diretrizes. “O Programa de Fomento Florestal da Klabin foi adotado em 1984 e nos contratos realizados é obrigatório o cumprimento dos itens das legislações ambiental e trabalhista. Agora, com as Diretrizes do Diálogo Florestal, foram acrescentados novos itens, como o monitoramento a ser realizado”, diz Ivone. Segundo ela, muitos dos fomentados da empresa já seguem as diretrizes, pois fazem parte dos itens de contrato das linhas de

financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora). “Aos demais fomentados, anteriores ao estabelecimento dessas medidas, será utilizada a política de divulgação ampla das diretrizes”, completa.

As empresas Adami e Rigesa também publicaram folders relacionados aos seus programas de Fomento Florestal contendo uma página específica com as Diretrizes do Fomento.

A expectativa do Fórum Regional é que a divulgação e a implementação das medidas das diretrizes possam melhorar os processos de conservação e restauração dos ecossistemas regionais, com a criação de importantes corredores de biodiversidade. Além disso, esperam ampliar a renda na área rural, com a formação de florestas em áreas ociosas e marginais das propriedades.

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO

ACORDO DE FOMENTO DE FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

- 1.** Nos novos contratos e na renovação dos contratos atuais, adotar um sistema de classificação do uso do solo das propriedades, de forma a garantir que as áreas classificadas como de vegetação primária e secundária em estágios médio e avançado de regeneração, no ano base de 1996, não sejam objetos de contrato de fomento florestais entre empresas e proprietários rurais.
- 2.** Na renovação dos contratos, em se constatando desmatamentos na propriedade durante a vigência do contrato, a renovação deverá prever como condição a compensação/recuperação das áreas, sem prejuízo das demais sanções contratuais e da legislação em vigor.
- 3.** Novos plantios em zona de amortecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral e dentro de Áreas de Proteção Ambiental, após anuência do órgão responsável e na ausência de disposição em seus respectivos Planos de Manejo, seguirão as diretrizes e melhores práticas acordadas no âmbito deste fórum.
- 4.** No ato da contratação e na renovação de contratos, exigir o cumprimento da legislação relativa à reserva legal da propriedade, orientando os proprietários para alocação e averbação da Reserva Legal (RL), bem como no plano de recuperação da mesma, quando for o caso, priorizando a conectividade e formação de corredores florestais.
- 5.** Buscar a integração das estratégias adotadas pelas empresas para a promoção de práticas sustentáveis - incluindo informações sobre técnicas de produção, diversificação do uso do solo, conservação da Biodiversidade, Corredor Central da Mata Atlântica e outros temas de relevância, buscando ainda integrar a participação das organizações ambientalistas, associações de proprietários rurais e prestadores de serviços silviculturais nestas estratégias.
- 6.** Incorporar as melhores práticas agrícolas e ambientais na relação econômica com os produtores florestais e rurais, visando ao uso sustentável dos recursos naturais, como por exemplo: solo, recursos hídricos e biodiversidade local. Utilizar ferramentas, tais como: cartilhas, reuniões técnicas, visitas técnicas, outras julgadas apropriadas para esse fim.
- 7.** Acompanhar o cumprimento das condicionantes ambientais aplicadas ao Fomento Florestal na Bahia.
- 8.** Criar mecanismos para promover a certificação florestal dos participantes dos Programas de Fomento. Observação: O entendimento deste fórum é que promoção é diferente de certificação e a mesma já vem ocorrendo.
- 9.** Apoiar atividades e programas de qualificação e fortalecimento dos órgãos municipais responsáveis pelo licenciamento de empreendimentos florestais.
- 10.** Buscar, em conjunto com as organizações ambientalistas, mecanismos de incentivo para a recuperação de áreas degradadas - especialmente Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL - acordados e validados por este fórum.

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO

DIRETRIZES DE FOMENTO FLORESTAL PARA PARANÁ E SANTA CATARINA

- 1-** Nos novos contratos e na renovação dos contratos atuais, adotar um sistema de classificação do uso do solo das propriedades, de forma a garantir que as áreas classificadas como de vegetação primária e secundária em estágios médio e avançado de regeneração não sejam objetos dos contratos de fomento florestais entre empresas e proprietários rurais.
- 2-** Em se constatando desmatamentos na propriedade durante a vigência do contrato, o fomentado deverá apresentar, no ato da sua renovação, um plantio de compensação/recuperação das áreas desmatadas devidamente aprovado no órgão ambiental.
- 3-** Novos plantios em zona de amortecimento de Unidades

de Conservação de Proteção Integral deverão seguir a legislação vigente e as melhores práticas acordadas no âmbito deste Fórum.

4 – No ato da contratação e na renovação de contratos, será incentivado o cumprimento da legislação relativa a reserva legal da propriedade, orientando os proprietários quanto à alocação da Reserva Legal e no seu plano de recuperação, quando for o caso, priorizando a conectividade e a formação de corredores florestais.

5 – Buscar a integração das estratégias adotadas pelas empresas para a promoção de práticas sustentáveis – incluindo informações sobre técnicas de produção, conservação da biodiversidade, recursos hídricos e outros temas de relevância –, buscando ainda integrar a participação das organizações ambientalistas, associações de proprietários rurais e prestadores de serviços silviculturais nessas estratégias.

6 – Acompanhar o cumprimento das diretrizes do Fomento nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

7 – Incorporar as melhores práticas agrícolas e ambientais na relação econômica com os produtores florestais e rurais, visando ao uso múltiplo e sustentável da propriedade e dos recursos naturais, como: solo, recursos hídricos e biodiversidade local, buscando inclusive novos incentivos para sua implantação. Utilizar ferramentas, tais como cartilhas, reuniões técnicas, visitas e outras julgadas apropriadas para esse fim.

8 – Incentivar a certificação florestal dos participantes dos Programas de Fomento.

9 – Buscar, em conjunto com as organizações ambientalistas, instituições de ensino e pesquisa e órgãos governamentais, mecanismos de incentivo para a restauração de áreas degradadas/alteradas – especialmente APPs e RL – acordados e validados por este Fórum.

DEPOIMENTO

RESULTADO PRÁTICO DAS DIRETRIZES DE FOMENTO

“Em 1986, quando comprei esse sítio, que chamei de Corumbau, ele tinha uma grande extensão de floresta nativa, mas que já havia sofrido exploração das madeiras nobres. Na época, acabei convertendo uma parte, com autorização do Ibama, para iniciar atividades com gado.

Apesar desse desmatamento que fiz em 1986, sempre cuidei das nascentes de água, para não secar a água da propriedade. Também sempre cuidei do restante da floresta. Hoje tenho bem mais do que os 20% de Reserva Legal que a lei pede e tenho uma área bastante produtiva, planto mamão, banana, café e tenho uma plantação de eucaliptos.

Sempre que posso, conto isso para meus amigos e vizinhos. Alguns já começaram a preservar e recuperar suas áreas. Isso faz com que já seja possível ver algumas mudanças na



Christine Dragisic

FOMENTO BENEFICIA BONS PRODUTORES.

região. Hoje já podemos ver os tucanos novamente, uma ave que eu gosto muito. Os bichos estão voltando, mostrando que estamos no caminho certo.” José Nivaldo Pienizoli, agricultor e fomentado da Veracel, no município de Itabela (BA).

TERMO DE COMPROMISSO NO PIAUÍ

O Diálogo Florestal Nacional ajudou a articular uma série de reuniões entre a Suzano e as organizações não-governamentais no Piauí, que estavam preocupadas com o início de operações da empresa no Estado, com a implantação de plantios e instalação de fábrica na Grande Teresina, região com 16 municípios. A partir dessas reuniões, no sentido de evitar conflitos, foi assinado um termo de compromisso conjunto, entre a Rede Ambiental do Piauí (Reapi) e a Suzano, com onze diretrizes visando o ordenamento ocupacional de áreas para silvicultura.

“Nossas expectativas são as melhores possíveis. Esperamos que a empresa trabalhe respeitando o meio ambiente, as populações tradicionais que vivem em torno do projeto, assim como os trabalhadores rurais, as matas de cocais, a Mata Atlântica, enfim, que seja um exemplo de sustentabilidade”, disse Tânia Maria dos Santos Martins, da Reapi.

Dois pontos reivindicados pela Reapi ainda estão em discussão e devem ser acordados até o primeiro semestre de 2011. Um deles é que a lenha do desmatamento seja destinada a cerâmicas e padarias locais. A ONG quer, também, coletar a água do efluente da indústria corriqueiramente e encaminhar para análise em São Paulo, para contrapor com a análise feita pela Suzano.

“Essa iniciativa é um compromisso da Suzano não só com as ONGs, mas com a sociedade piauiense, e é fruto de um entendimento importante entre o setor privado e ONGs, gerado através de diálogo. Pode nascer dessa iniciativa o Diálogo Florestal do Piauí, que também é um objetivo de ambas as partes. Isso mostra, cada vez mais, a importância do diálogo e que somente através dele conseguiremos avançar no entendimento e soluções que promovam melhores resultados socioambientais”, disse Alexandre Di Ciero, da gerência executiva de Sustentabilidade da Suzano.



Miriam Prochnow

VEJA A ÍNTEGRA DO TEXTO TERMO DE COMPROMISSO

Termo de Compromisso, que entre si celebram a Reapi e Suzano Papel e Celulose S.A., visando o ordenamento ocupacional de áreas para silvicultura na modalidade de reflorestamento.

A Reapi, ONG – Organização Não Governamental do Estado do Piauí, criada em 13 de novembro de 2009, sendo pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada ao interesse público, constituída por prazo indeterminado, com sede e foro na Av. Presidente Kennedy, 4.156, bairro Socopo, CEP 64052-800, na cidade de Teresina-PI, representada neste ato por Tânia Maria Martins Santos, brasileira, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, e a pessoa jurídica Suzano Papel e Celulose S.A., sociedade anônima, com sede social na Avenida Professor Magalhães Neto, 1.572, 2º andar, salas 206/208, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0001-55, e com filial na cidade de Teresina - PI, à Av. Nossa Senhora de Fátima, 1.557, Fátima, CEP 64048-180, inscrita no CNPJ/MF sob nº 16.404.287/0170-40, neste legitimamente representada por sua procuradora, Flávia Vianna Geromini, doravante denominada COMPROMITENTE, RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO, nas condições a seguir discriminadas, que passarão a complementar o Estudo de Impacto Ambiental da Compromissária, visando o ordenamento ocupacional de áreas para silvicultura e registrar o entendimento pelo Diálogo Florestal entre ambas as partes e objetivando melhores resultados socioambientais, comprometendo-se a:

Cláusula Primeira – Realizar estudos de geossondagem para identificar a posição do lençol freático em cada município que compreende a Bacia do Médio Parnaíba e que esteja no projeto da empresa, conforme prevê a Resolução 001/86 do Conama.

Cláusula Segunda – Respeitar a Lei da Mata Atlântica no EIA/Rima.

Cláusula Terceira – Promover programas relacionados à Agricultura Familiar, objetivando uma segurança alimentar digna.

Cláusula Quarta – Proteger as Matas de Cocais, de acordo com as leis vigentes e o incentivo à geração de emprego e renda do extrativismo.

Cláusula Quinta – Proteger as nascentes, rios, riachos, lagoas, áreas de preservação permanentes (APPs) e reservas legais, conforme legislação ambiental.

Cláusula Sexta – Garantir a servidão de passagem de pedestres, veículos e motocicletas das áreas rurais.

Cláusula Sétima – Mapeamento dos poços tubulares, cimbões e poços artesianos.

Cláusula Oitava – Recuperação e/ou recomposição de matas nativas em áreas de importância biológica na região do projeto.

Cláusula Nova – Educação Ambiental nas comunidades envolvidas, através de palestras, oficinas, distribuição de mudas e materiais educativos impressos, de vídeos, spot para o rádio, entre outros meios de comunicação para tratar sobre preservação ambiental.

Cláusula Décima – Análise pluviométrica das regiões do projeto.

Cláusula Décima Primeira – Apoiar a criação de unidades de conservação no Estado.

Estando, pois, justas e acertadas as partes compromissadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo designadas, para que produzam seus legais e jurídicos efeitos.

Teresina, 27 de setembro de 2010.



EVENTO PARALELO DO DIÁLOGO FLORESTAL NO CONGRESSO MUNDIAL DE FLORESTAS EM BUENOS AIRES.

PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL

Uma importante iniciativa do Diálogo Florestal brasileiro foi a participação na décima terceira edição do Congresso Mundial de Florestas, de 18 a 23 de outubro de 2009, na cidade de Buenos Aires, na Argentina. Com mais de 6.000 participantes, o evento foi organizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Governo Argentino e teve como tema o desenvolvimento florestal como fator de equilíbrio vital.

O Diálogo Florestal organizou um **side event** no dia 21 de outubro, com a presença de 100 participantes de vários países. Na ocasião, Miriam Prochnow, secretária executiva do Diálogo, João Carlos Augusti, da Fibria, e Beto Mesquita, do Instituto BioAtlântica, ambos do Conselho de Coordenação do Diálogo, falaram sobre os princípios, caminhos e perspectivas da iniciativa, assim como da visão das empresas e das organizações ambientalistas sobre o tema.

Durante o debate com os participantes, ficou claro que a iniciativa do Diálogo Florestal deveria servir de exemplo para outros setores, como o agropecuário e o de energia. Os participantes também chamaram a atenção para que os integrantes do Diálogo Florestal tenham cada vez mais preocupação, em suas ações, com atividades para mitigação de mudanças climáticas no longo prazo.

PUBLICAÇÃO NACIONAL

Lançada em junho de 2010, a publicação “A Silvicultura e a Água: ciência, dogmas, desafios”, de autoria do profes-

sor Walter de Paula Lima, do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), é o primeiro volume da série Cadernos do Diálogo, que pretende trazer contribuições do Diálogo Florestal para o debate e a conservação da biodiversidade.

“A publicação busca agregar conhecimento sistematizado sobre a relação entre os recursos hídricos, a vegetação nativa e as monoculturas de base florestal, esclarecendo de forma didática as bases científicas sobre a dinâmica diferenciada de cada contexto”, explica Miriam Prochnow, secretária executiva do Diálogo Florestal. Entre os pontos mais polêmicos entre o setor empresarial e o setor ambientalista que o estudo tenta esclarecer é se, afinal, as plantações homogêneas de árvores como eucalipto e pinus são ou não prejudiciais aos recursos hídricos.

“Do ponto de vista da ciência, os resultados acumulados de inúmeros trabalhos de pesquisa mostram que não existe, necessariamente, antagonismo nenhum entre uma coisa e outra”, resume o professor autor do estudo. A análise feita por Walter de Paula Lima mostra também que “a alta produtividade destas plantações florestais guarda estreita relação com o consumo de água, o que, de pronto, requer que o planejamento do manejo leve em conta esta evidência, incorporando definitivamente os objetivos de conservação da água, a fim de evitar conflitos”.

O estudo mostra que cada bacia hidrográfica tem uma dinâmica própria e a disponibilidade de água não é uma questão apenas de uso do solo, mas um conjunto de fatores, que inclui também as precipitações e o tipo de manejo aplicado às plantações, homogêneas ou não. Também não é só uma questão de manejo, pois, dependendo das condições hídricas da área, às vezes, nem restauração florestal intensiva com espécies nativas é interessante.



A publicação está disponível para download no site <http://www.dialogoflorestal.org.br>.

A versão impressa pode ser solicitada pelo email secretariaexecutiva@dialogoflorestal.org.br.

APOIAR PROJETOS DE
RESTAURAÇÃO FLORESTAL
FAZ PARTE DA AGENDA DO
DIÁLOGO FLORESTAL.

Ângelo Lorenzetti



CAPÍTULO 4

DESAFIOS – PROJETOS EM ANDAMENTO

BANCO DE DADOS *ON LINE*

Diálogo Florestal nacional

Através de uma parceria entre a The Nature Conservancy (TNC) e o Instituto BioAtlântica (Ibio) foi apresentado e está em fase de captação de recursos um projeto de criação de um banco de dados de informações geográficas para o Diálogo Florestal. “O objetivo é reunir dados de todos os fóruns regionais em um só lugar e servir como vitrine para o setor da silvicultura através de uma base de dados online e georreferenciada sobre plantios, áreas nativas, projetos socioambientais, incêndios, pragas, espécies etc.”, explicou Giovana Baggio, coordenadora do projeto.

Segundo Giovana, o projeto é baseado na experiência do GeoAtlântica, lançado em 2009 na Bahia, e já está recolhendo informações de empresas e ONGs e formando bancos comuns nas diversas regiões do Diálogo, com vistas à realização de projetos compartilhados. “Até o momento, além dos envolvidos no GeoAtlântica, Paraná e Santa Catarina já têm mapas e iniciaram a elaboração de um projeto piloto e São Paulo começou a desenvolver um banco de dados. A ideia é englobar esse projeto nesta terceira fase do Diálogo Florestal”, disse.

O GeoAtlântica (www.bioatlantica.org.br/geoatlantica/) é uma plataforma livre para integração de dados georreferenciados no bioma Mata Atlântica e seus sistemas costeiros. A ferramenta organiza informações por áreas de abrangência, permitindo a conservação dos recursos naturais com conhecimento, governança e desenvolvimento econômico responsável.

A missão desta plataforma é oferecer informações georreferenciadas em apoio à tomada de decisão pela sociedade. Autoexplicativo, o sistema também serve à educação, à pesquisa e à difusão de conhecimento na Mata Atlântica.



PÁGINA DO GEOATLÂNTICA.

Sua base de dados em constante expansão é alimentada por parceiros cadastrados, entre os quais já estão algumas das principais instituições de pesquisa, empresas, órgãos de governo e organizações socioambientais em ação na Mata Atlântica e em seus ecossistemas associados.

Lançado em julho de 2009 com mais de 50 fontes públicas e privadas, o GeoAtlântica é administrado pelo Instituto BioAtlântica e possui o apoio da Conservação Internacional, da Petrobras e da The Nature Conservancy. Tem abrangência nos estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

CADEIAS PRODUTIVAS DE BASE FLORESTAL

Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia

O corte de espécies nativas, inclusive dos Parques Nacionais Monte Pascoal e do Descobrimento, assim como de diversos outros fragmentos florestais de relevância ecológica no sul da Bahia, vêm ocorrendo até os dias de hoje em ritmo preocupante. A falta de fiscalização, a insufici-

INICIATIVAS BUSCAM ALTERAR CADEIAS
PRODUTIVAS DE BASE FLORESTAL.



Fotos: Oscar Artaza

ência na oferta de empregos e um mercado comprador forte alimentam a atividade do artesanato e a tornam uma das responsáveis pelo atual desmatamento na região.

Por meio de iniciativas de entidades ligadas ao Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, busca-se alterar as cadeias produtivas de base florestal incentivando os artesãos a substituir a madeira nativa pelo eucalipto para a fabricação de peças de madeira. Atualmente dois projetos estão em andamento com essa finalidade, o projeto Artesão Legal e o projeto Formas da Natureza.

O mais adiantado é o Formas da Natureza, que já realizou estudo de viabilidade econômico-financeira da substituição da madeira nativa pelo eucalipto. Na fase atual, o projeto iniciou os trabalhos de socialização entre os artesãos do estudo de viabilidade e capacitação em design de novo portfólio de produtos.

O Formas da Natureza é apoiado pelas três empresas que atuam na região (Fibria, Suzano e Veracel) e seu objetivo é estimular, via processos de qualificação, capacitação e comercialização, a substituição de madeira nativa pelo eucalipto na fabricação de artesanato. No momento, seis

comunidades de artesãos estão sendo envolvidas no projeto, que é uma parceria entre a Cooperativa Pataxó de artesanato de Coroa Vermelha e uma empresa de consultoria em meio ambiente (Oscar Artaza-ME).

O projeto está fechando, ainda, parceria com a Universidade Estadual Santa Cruz, por intermédio do Departamento de Engenharia, com intuito de colaborar com a melhoria dos processos de beneficiamento, secagem e tratamento da madeira do eucalipto, de forma a tornar esta matéria-prima mais acessível e barata para os artesãos. Atualmente a compra da madeira necessária para o projeto vem sendo realizada junto à empresa Lyptus, que também tem apoiado o projeto de diversas formas.

PLANEJANDO PAISAGENS

Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina

Denominado “Planejando Paisagens com o Diálogo Florestal – Conservação e Restauração da Mata Atlântica no Paraná e Santa Catarina”, este projeto piloto tem como objetivo principal desenvolver a integração da conservação e a

restauração de remanescentes da Mata Atlântica através do auxílio no desenvolvimento de políticas públicas, planejamento da paisagem, educação ambiental e promoção de serviços ambientais na área de abrangência do Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina, envolvendo a comunidade local, administrações regionais, entidades governamentais e da sociedade civil e empresas florestais.

O projeto deverá incluir 11 municípios catarinenses, das mesorregiões Oeste (Passos Maia e Ponte Serrada), Norte (Itaiópolis, Santa Terezinha, Bela Vista do Toldo, Três Barras, Canoinhas, Papanduva), Serrana (Santa Cecília) e Vale do Itajaí (Rio do Campo, Vitor Meireles) e um município paranaense, inserido na mesorregião Centro-Sul do Paraná (Palmas).

A seleção desses municípios aconteceu durante as reuniões do Fórum e obedeceu os seguintes critérios: Áreas de Preservação Permanente (APPs) existentes no município e a restaurar, áreas do setor florestal e atuação das ONGs nesses municípios, remanescentes florestais importantes e índice de desmatamento segundo dados de 2008 da SOS Mata Atlântica/Inpe¹, e áreas nativas prioritárias indicadas pelo Probio² no ano de 2006.

As ações do projeto estão pautadas em diferentes linhas temáticas, envolvendo a recuperação de áreas degrada-

das; servidão florestal; pagamento por serviços ambientais e políticas públicas. O projeto piloto está sendo escrito em conjunto com quatro ONGs participantes do Fórum - Apremavi, The Nature Conservancy (TNC), Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais - e conta com o apoio dos demais participantes do Fórum e da Conservação Internacional, através do Projeto Mosaicos Sustentáveis.³

Atualmente, a proposta técnica deste projeto piloto está sendo refinada e estão sendo analisadas possíveis fontes de recursos para efetivar a implementação das atividades. Além disso, estão em análise - e posteriormente serão visitadas - organizações da sociedade civil e governamentais localizadas na região de abrangência da proposta identificadas como potenciais parceiras do projeto, entre elas entidades da sociedade civil e governamentais.

SEMINÁRIO TEMÁTICO

Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina

A necessidade de tornar público os assuntos debatidos no âmbito do Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina e de divulgar para as empresas e agricultores que não participam deste coletivo a importância de seguir as normas ambientais atuais para o plantio de exóticas, incluindo princípios de sustentabilidade em seus plantios e considerando o planejamento da paisagem, motivaram a realização do “Seminário Regional em Conservação e Restauração da Mata Atlântica”, que aconteceu no dia 16 de setembro de 2010, em Canoinhas (SC).

O evento contou com a participação de aproximadamente 80 pessoas, entre eles estudantes, técnicos e extensionistas rurais, secretários de agricultura, representantes de ONGs, terceiro setor e sindicatos rurais.

Durante o seminário, através das palestras realizadas, foram abordados assuntos como: o Diálogo Florestal e o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica⁴, como impor-



¹Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, 2005-2008 (SOS Mata Atlântica/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

²Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (Probio) do Ministério do Meio Ambiente.

³Ver pág. 55.



INFORMAÇÕES SOBRE A MATA ATLÂNTICA SÃO REPASSADAS ATRAVÉS DE SEMINÁRIOS.

tantes ferramentas de integração entre ONGs, empresas, governos e instituições de pesquisa na conservação e restauração da Mata Atlântica; a legislação florestal e a relação entre o plantio de florestas exóticas e o balanço hídrico das bacias hidrográficas; modalidades de pagamento por serviços ambientais (PSA) possíveis de serem colocadas em prática, como a servidão florestal e o ICMS Ecológico; e a importância da certificação florestal, passos e critérios a serem seguidos.

Segundo Josinei Antonio Tissi, engenheiro agrônomo de Monte Castelo (SC), “o seminário foi de suma importância, pois palestrantes com grande experiência e capacidade didática repassaram informações de grande valia na área ambiental, sendo que as informações adquiridas no encontro poderão ser repassadas aos produtores rurais, auxiliando na manutenção de área de reserva legal

e APP. Permitiu também a realização de contatos e troca de ideias com participantes de diversas áreas técnicas”.

MAPEAMENTO DE ÁREAS DE PLANTIO

Fórum Regional do Espírito Santo

A conservação da biodiversidade e o ordenamento territorial são os temas abordados pelo Fórum Regional do Espírito Santo. Com foco nestes temas, houve uma solicitação de organizações ambientais do município de Santa Teresa para a necessidade de um levantamento sobre as áreas de silvicultura presentes em seu território.

⁴ Ver pág. 58.

O primeiro passo para o início deste projeto piloto foi uma visita ao município, em maio de 2009, para conhecer propriedades fomentadas para o cultivo de eucalipto e outras recuperadas pela Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários de Santa Teresa. O programa de fomento florestal da Fibria no município abrange 48 contratos estabelecidos com proprietários rurais, com áreas de plantio de eucalipto de 26 hectares em média, totalizando 430 hectares de plantio.

A visita também possibilitou a visualização de várias áreas com plantio de eucalipto realizados por proprietários não-fomentados, o que indica um cenário de expansão da silvicultura, que pode estar sendo realizado sem normas técnicas e ambientais adequadas.

O segundo passo consistirá no mapeamento das áreas de plantio fomentadas e não-fomentadas, elaborado em conjunto pelo Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (Ipema) e Instituto BioAtlântica (IBio), incluindo informações cedidas pela Fibria. Com essa atividade, o Fórum Regional do Espírito Santo pretende contribuir com informações sobre a situação da silvicultura em Santa Teresa, podendo ser utilizadas por gestores municipais e técnicos.

Para a secretária de Meio Ambiente de Santa Teresa, Magaly Broseghini, “o Diálogo está sendo muito importante

para nossa região, principalmente pelo mapeamento das áreas de plantio de eucalipto, o que permitirá o zoneamento, o monitoramento e o direcionamento da silvicultura no município, de modo a evitar que sejam afetadas negativamente as outras culturas agrícolas, o desenvolvimento do turismo e a paisagem da região”.

O município de Santa Teresa é marcado pela colonização italiana, com população estimada em 20.742 habitantes, no ano de 2009; e localizado na Mesorregião Central Espírito-Santense. Os primeiros imigrantes italianos chegaram à região em 1875 e as demais correntes de imigração, principalmente por alemães, suíços e poloneses, ocorreram em 1877.

Santa Teresa possui uma das biodiversidades mais ricas em números de espécies do mundo e está cercada por montanhas, apresentando cerca de 40% de seus 694.532 km² ocupados pela Mata Atlântica. O município é a cidade natal de Augusto Ruschi, um dos ícones da proteção ao meio ambiente e onde se localiza o Museu de Biologia Professor Mello Leitão, que é referência para pesquisas associadas à Mata Atlântica.

CORREDORES ECOLÓGICOS

Fórum Florestal de São Paulo

O Fórum Florestal de São Paulo decidiu que atuará em projetos pilotos voltados para a construção de corredores ecológicos nas bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul e Alto Paranapanema. A ideia é identificar áreas a restaurar e áreas prioritárias para conservação, além de levantar estudos para potencializar ações que já estejam sendo desenvolvidas nessas regiões.

Na região do Vale do Paraíba, foram contempladas para estudo áreas da Serra da Mantiqueira e de São Luiz do Paraitinga e entorno. “Foram priorizadas ações em São Luiz do Paraitinga e entorno por se tratar de regiões onde encontramos uma grande concentração de plantios de eucalipto, e por serem áreas onde três empresas participantes do Fórum são atuantes e já investem em projetos socioambientais na região”, disse Marcos Fernandes da Costa, secretário executivo do Fórum Florestal paulista.

Dentro do Vale do Paraíba, foi considerada área prioritária para ação a região da Serra da Mantiqueira. “O grupo



Miriam Prochnow



Miriam Prochnow

A CRIAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS É A PRIORIDADE DO FÓRUM FLORESTAL DE SÃO PAULO.

discute ações socioambientais que gerem renda aos proprietários rurais e que tenham alinhamento com as ações do projeto da Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba”, afirma Flávio Ojidos, advogado especialista em direito ambiental.

O objetivo principal do projeto Corredor Ecológico do Vale do Paraíba, parceria entre várias instituições, como a Fíbria, Instituto Ethos, Instituto Tomie Otake, Oikos, SOS Mata Atlântica, entre outros, é restaurar 150 mil hectares de florestas em 10 anos, sendo 115 mil com viés de recuperação da Mata Atlântica e 35 mil de florestas de produção para geração de renda. A Fíbria já realizou, através de dados do Instituto Florestal, um mapeamento dos melhores locais para a conectividade de fragmentos nativos na região, que servirá de base para a priorização de esforços e locais de atuação.

Na região do Alto Paranapanema, o Fórum definiu atuar na Bacia do Rio Santo Inácio e na região do entorno do Parque Estadual Carlos Botelho. Possíveis ações, como proteção e manejo de espécies ameaçadas, melhorias no manejo com foco ambiental e estabelecimento de corredores, estão sendo estudadas para essas áreas.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Fórum Florestal do Rio Grande do Sul

O Fórum Florestal do Rio Grande do Sul definiu como prioridade discutir as medidas compensatórias das empresas e focá-las na criação ou implantação de Unidades de Conservação no Pampa. Segundo Khatia Vasconcelos, da Rede de ONGs da Mata Atlântica, as

empresas querem discutir com a sociedade a aplicação dos recursos da compensação ambiental e garantir que sejam investidos efetivamente na conservação da biodiversidade do bioma.

Nesse sentido, as três empresas de base florestal da região – CMPC Celulose Riograndense, Fibria e Stora Enso – apresentaram, em março de 2010, um diagnóstico sobre Unidades de Conservação (UC) em suas áreas de atuação, abordando o uso dos recursos da compensação ambiental, cujo valor definido pelo órgão licenciador é de 0,6% do custo de implantação dos projetos de expansão ou implantação das empresas, com o empreendedor podendo sugerir qual UC será beneficiada pelos recursos.

O Zoneamento Ambiental da Silvicultura do Rio Grande do Sul (ZAS) estabeleceu unidades de paisagem homogêneas em termos de fauna, flora e altimetria, denominadas Unidades de Paisagem Natural (UPN) e indicou que as lacunas de representatividade por UPN devem ser consideradas no Sistema Estadual de Unidades de Conservação. A partir daí, avalia que o ideal é contemplar cada UPN com a compensação ambiental, sem diluir o investimento em várias áreas, o que teria pouca eficácia.

A CMPC Celulose Riograndense contratou equipe para diagnosticar áreas importantes dentro de seu programa

de expansão, em quatro bacias hidrográficas (Baixo Jacuí, Santa Maria, Camaquã e Vacacaí-Mirim), abrangendo as regiões fisiográficas da Depressão Central, Serra do Sudeste e parte do litoral gaúcho. Nessas regiões, a biodiversidade estimada é de mais de 3 mil espécies vegetais, 385 espécies de aves e 90 de mamíferos.

O objetivo do estudo foi indicar quais UCs devem ser beneficiadas ou quais áreas são mais indicadas para a criação de novas UCs, com a caracterização e mapeamento das áreas e indicação de sua situação fundiária atual e seu estado de conservação.

Na área de atuação da empresa existem quatro Unidades de Conservação – parques estaduais do Camaquã, do Podocarpus e do Delta do Jacuí e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Jacuí –, além de outras áreas de interesse ambiental para conservação, como os Butiazaís de Tapes, Guaritas de Caçapava, Minas do Camaquã, Pedra do Segredo, Rincão do Inferno e Boa Vista do Lajeado Vermelho. Destas, apenas o Parque Estadual do Delta do Jacuí está implantado.

O estudo da CMPC indica a priorização da aplicação dos recursos nos parques estaduais do Camaquã (municípios de Camaquã e São Lourenço do Sul) e do Podocarpus (Encruzilhada do Sul), ainda não implantados. O estudo demonstra, ainda, um consenso sobre a importância de se criar UCs na região fisiográfica da Serra do Sudeste, contemplando áreas com campos nativos, notadamente na região das Garitas (Caçapava do Sul) e na Região da Boa Vista do Lajeado Vermelho (Santana da Boa Vista).

A proposta de compensação ambiental da Fibria tem como base de dados o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) da implantação florestal gerados em 2006 e posteriormente melhorados, abrangendo 5 milhões de hectares em duas bacias hidrográficas – Jaguarão e Piratini-São Gonçalo-Mangueira –, onde se inserem 200 fazendas da empresa, sendo 55 mil ha de plantio em 110 mil ha de área total.

Os estudos identificaram aspectos importantes de conservação em sua área de atuação, como: fisionomia campestre ou mosaico campo/floresta, manejo predominante de pecuária, existência de áreas úmidas e concentração de habitat para abrigar a fauna e flora ameaçadas de extinção. Nesta região, localizada no extremo sul do Estado,



Miriam Prochnow

ESTUDO INDICOU UCs PRIORITÁRIAS PARA RECEBER RECURSOS DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL.



Miriam Prochnow

EMPRESAS QUEREM QUE RECURSOS SEJAM USADOS PARA CRIAR E IMPLANTAR UCs.

não existe nenhuma Unidade de Conservação de Proteção Integral efetivamente implantada entre as existentes: Estação Ecológica do Taim; Reserva Biológica do Mato Grande, Parque Estadual do Camaquã; Parque Municipal Farroupilha; RPPNs Curupira, Pontal da Barra, Estância Santa Rita, Minas do Paredão e Torrinhas.

Duas áreas foram indicadas pela Fibria para compensação ambiental: a RPPN Torrinhas e a Rebio do Mato Grande. A fazenda Torrinhas tem 160 ha de área representativa de campos rupestres da Serra do Sudeste, onde a empresa elaborou um programa de monitoramento e recuperação da vegetação.

Em relação à Rebio do Mato Grande, estão tramitando os procedimentos para a doação de 2 mil hectares por parte da Fibria para o Estado implantar a UC. Os estudos su-

gerem, ainda, a criação da APA Coxilha das Pedras Altas, em região onde há estudos de empreendimentos como parques eólicos e estradas.

Os estudos da Stora Enso, empresa localizada na fronteira oeste do Estado, região fisiográfica da Campanha, sugerem a compensação ambiental no Parque Estadual do Espinilho, na APA do Ibirapuitã e na Rebio do São Donato, esta última com gestor nomeado pelo Estado. No geral, as UCs da região também são áreas decretadas e não implementadas.

A Stora Enso apresenta um posicionamento similar ao das demais empresas no sentido de focar a destinação dos recursos buscando maior eficácia na sua utilização e demonstra interesse em manter esforço de gestão sobre as áreas afetas à compensação ambiental.

CAPÍTULO 5

INICIATIVAS COMPLEMENTARES – EXPERIÊNCIAS QUE SE SOMAM AOS OBJETIVOS DO DIÁLOGO FLORESTAL

Além das ações diretamente ligadas ao Diálogo Florestal, estão em curso algumas iniciativas que contam com a participação de membros do Diálogo e têm o mesmo objetivo de garantir a proteção e recuperação da biodiversidade e dos recursos naturais, tendo o setor produtivo como aliado e coagente de transformação.

PROGRAMA MATAS LEGAIS

Paraná/Santa Catarina

O Programa Matas Legais é uma parceria da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi) com a Klabin S/A, cujo objetivo é desenvolver um programa de conservação, educação ambiental e fomento

florestal que ajude a preservar e recuperar os remanescentes florestais nativos, melhore a qualidade de vida da população e minimize impactos da produção florestal, levando em consideração o planejamento de propriedades e paisagens. A ideia é ajudar os agricultores a obter maior rendimento a partir das terras que já usam, de maneira que não necessitem cortar os remanescentes florestais de suas propriedades para expandir a sua produção, além



arquivo Apremavi

O PROGRAMA MATAS LEGAIS DESENVOLVE TAMBÉM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.



VISITAS ÀS PROPRIEDADES.

de não plantar espécies exóticas (reflorestamento) nas Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Em Santa Catarina, o programa apresenta resultados animadores. No primeiro ano, contava com apenas 11 proprietários rurais associados, número que subiu para 255 produtores no final de 2009. Desde o início do programa, foram doadas cerca de 440 mil mudas de espécies nativas aos proprietários de terra envolvidos, prefeituras, escolas e pessoas interessadas em plantar árvores nativas. No Paraná, o programa iniciou em abril de 2008 e, com um ano de atividades, já havia envolvido 212 proprietários e distribuído 79 mil mudas de espécies nativas.

Por meio do programa, são difundidas e implantadas ações de desenvolvimento sustentável, como recuperação de áreas de preservação permanente e reservas legais; silvicultura com árvores nativas e exóticas; sistemas agroflorestais; enriquecimento de florestas secundárias; agricultura orgânica; ecoturismo e conservação do patrimônio natural. O projeto já editou uma série de materiais utilizados para educação ambiental, capacitação e informação, que podem ser baixados no site: www.apremavi.org.br/matias-legais/publicacoes-matias-legais/.

Os técnicos do Programa visitam as propriedades e realizam seminários e reuniões itinerantes. Um exemplo são as reuniões junto aos produtores rurais na região do Alto Vale do Itajaí. Uma das dificuldades enfrentadas para trabalhar com os agricultores era conseguir reuniões. Uma estratégia adotada foi a realização de reuniões

nas casas dos produtores e salões comunitários dos municípios. Foram aproximadamente 15 reuniões desde o início de 2010.

Os técnicos da Apremavi e da Klabin falam das diretrizes do fomento florestal e do Programa Matas Legais e o que se observa, de maneira geral, é que os fomentados conquistados a partir desses encontros, têm tido um melhor entendimento dos critérios ambientais estabelecidos pela legislação florestal.

Um exemplo é o agricultor Paulo da Silva, do município de Rio do Campo, que produz arroz, fumo e ainda tem umas vaquinhas de leite. Para diversificar sua produção, plantou eucalipto e planeja plantar árvores nativas para restaurar áreas degradadas na propriedade.

INICIATIVA MOSAICOS SUSTENTÁVEIS

Bahia/Espírito Santo

A iniciativa Produção Sustentável e Conservação da Biodiversidade em Mosaicos Florestais, conhecida como Iniciativa Mosaicos Florestais Sustentáveis, foi lançada em 2007 em parceria pela Kimberly-Clark Corporation, a Conservação Internacional e o Instituto BioAtlântica para desenvolver o conceito da criação de mosaicos sustentáveis na escala da paisagem. Pouco tempo depois, juntaram-se à iniciativa a The Nature Conservancy e as empresas Suzano Papel e Celulose, Veracel Celulose e a Fibria. É um movimento de organizações com o objetivo comum de buscar a sustentabilidade de paisagens florestais nas regiões onde a indústria florestal tem uma presença importante e tem um período inicial de atuação de cinco anos.

A iniciativa, que atua em colaboração com o Diálogo Florestal e o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, abrange três escalas distintas: local, regional e global. Esse desenho é baseado no trabalho em desenvolvimento em uma região do Brasil, mas que busca expandir esse modelo para o restante da Mata Atlântica e para outras regiões do mundo onde as plantações florestais constituem parte importante da paisagem. Os Mosaicos Florestais partem de uma abordagem no nível da paisagem baseada na ciência, visando a obtenção de resultados em uma área suficientemente grande para beneficiar um amplo rol de espécies e ecossistemas.



MOSAICOS SÃO ALTERNATIVAS PARA BUSCAR A SUSTENTABILIDADE DE PAISAGENS FLORESTAIS.

Organiza-se em três componentes que refletem as diferentes escalas de atividades:

Bahia e Espírito Santo: Mosaicos Florestais integrados na “Mesopotâmia da Biodiversidade”

Com base no trabalho prévio das principais empresas florestais na região entre os rios Jequitinhonha e Doce (região batizada de “Mesopotâmia da Biodiversidade” pelos parceiros do projeto), no Corredor Central da Mata Atlântica, incluindo o Extremo Sul da Bahia e o norte do Espírito Santo, esse componente busca aumentar a efetividade dos esforços de conservação da biodiversidade nos mosaicos de plantações florestais inseridos do corredor.

O projeto visa integrar o planejamento e a implementação de atividades referentes aos usos da terra e à conservação praticados pelas três empresas de celulose e papel (por exemplo, planejamento da restauração florestal, monitoramento da biodiversidade etc.); apoiar a incorporação de elementos de conservação junto aos programas de fomento à produção florestal; e facilitar a criação e manejo de reservas privadas.

Mata Atlântica: Planejamento de corredores em paisagens de produção florestal no bioma

Aproveitando as experiências do Diálogo Florestal, seus membros e o trabalho pioneiro na Bahia e no Espírito Santo, este componente busca estender a prática de criação de mosaicos florestais sustentáveis em corredores de conservação ao longo da Mata Atlântica.

Global: Replicação dos Mosaicos Florestais Sustentáveis

A partir das lições aprendidas na Mata Atlântica – sobretudo na região da “Mesopotâmia da Biodiversidade” – utilizando estratégias lastreadas na ciência ecológica e na economia para assegurar a conservação da biodiversidade, este componente destina-se à gestão de informações para apoio ao planejamento do uso da terra e conservação em áreas chave dos plantios florestais. Também visa disseminar lições aprendidas no Brasil e promover visitas de intercâmbio entre tomadores de decisões entre as mais importantes áreas de plantios florestais do mundo. O planejamento do projeto piloto do Fórum Paraná e Santa Catarina foi apoiado por essa iniciativa.

METAS

A Iniciativa Mosaicos Florestais Sustentáveis estabeleceu um ambicioso conjunto de metas, que servem como referência para o monitoramento de seu progresso e impacto. Entre os resultados esperados, estão:

- 250.000 hectares (ha) de ecossistemas naturais protegidos em propriedades de empresas florestais na “Mesopotâmia” e ações de restauração florestal implementadas para benefício do Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA).
- 4.000 ha de novas reservas privadas do patrimônio natural (RPPNs) formalmente estabelecidas em terras pertinentes a empresas do setor florestal na região da “Mesopotâmia” e mais de 13.000 ha de reservas privadas de empresas do setor utilizando ferramentas destinadas ao incremento da efetividade do manejo ao longo do CCMA.
- 400.000 ha adicionais de ecossistemas naturais da

Mata Atlântica pertinentes a empresas florestais ou seus fomentados sob proteção ou restauração.

- Pelo menos 3.000 ha de novas RPPNs criadas e sob manejo eficaz na Mata Atlântica.
- Modelos de pagamento de serviços ambientais para promoção da conservação em regiões de plantios florestais na Mata Atlântica desenvolvidos.
- 8 grandes empresas internacionais do setor engajadas no planejamento do uso da terra visando a implementação de práticas amigáveis à biodiversidade.
- 200.000 ha de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade em paisagens sob manejo florestal identificadas ao redor do mundo.
- Pelo menos 20% de novos plantios florestais/florestas manejadas pertinentes às empresas participantes reservados para a conservação.

PACTO PARA A RESTAURAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Nacional

O Pacto pela Restauração da Mata Atlântica é um movimento da sociedade brasileira, aberto a todas as instituições dispostas a apoiar ou a participar de esforços de restauração florestal. O objetivo é articular instituições públicas e privadas, governos, empresas e proprietários de terras para integrar seus esforços e recursos na geração de resultados em restauração e conservação da biodiversidade. A meta do Pacto é viabilizar a restauração florestal de 15 milhões de hectares até o ano de 2050, dentro do bioma Mata Atlântica.

Parte do princípio de que a restauração florestal é essencial para ajudar a floresta a se recuperar da degradação e garantir a sobrevivência de todos. Embora existam diversas iniciativas de restauração na Mata Atlântica, os participantes do Pacto acreditam que somente uma campanha multissetorial de larga escala permitirá a recomposição de uma parcela significativa do bioma mais ameaçado do Brasil.

ÁREA POTENCIAL PARA RESTAURAÇÃO

(EM HECTARES)

PARANÁ	2,5 MILHÕES
RIO GRANDE DO SUL	890 MIL
SANTA CATARINA	1,4 MILHÃO
MATO GROSSO DO SUL	186 MIL
ESPÍRITO SANTO	1 MILHÃO
MINAS GERAIS	5,6 MILHÕES
RIO DE JANEIRO	940 MIL
SÃO PAULO	2 MILHÕES
ALAGOAS	300 MIL
BAHIA	2,1 MILHÕES
PERNAMBUCO	395 MIL
TOTAL	17,4 MILHÕES

* Existem áreas não mapeadas nessa primeira edição devido à alteração do Limite do Bioma oficial durante o processo de mapeamento, ou, ainda, pela falta de dados na escala de trabalho definida.



Maria Luiza S. Francisco

PACTO TEM META DE RESTAURAR 15 MILHÕES DE HECTARES ATÉ 2050.

Para facilitar esse esforço conjunto, especialistas de algumas das principais organizações ambientalistas da Mata Atlântica se reuniram e identificaram 17 milhões de hectares de terras que estão degradadas, mas que possuem alto potencial de recuperação de sua cobertura vegetal.

Nesse levantamento, foram identificadas e mapeadas: áreas de preservação permanente sem cobertura vegetal nativa (matas ciliares e de topo de morro, áreas com declividade acima de 45°); áreas degradadas, com baixa aptidão agrícola e/ou elevada aptidão florestal (áreas de pastagens abandonadas); e áreas desmatadas que podem vir a ser utilizadas para compensação de reserva legal.

O grupo também apontou os seguintes critérios para priorização dessas áreas potenciais: áreas próximas a unidades de conservação; áreas que promovam a conectividade entre remanescentes existentes; áreas favoráveis à implantação de iniciativas de pagamento de serviços ambientais; e áreas com potencial de autorrecuperação (resiliência).

A partir desse levantamento foi criado o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, cuja proposta é integrar esforços e multiplicar oportunidades para restaurar essas áreas potenciais que, somadas, equivalem a três vezes o território do estado do Rio de Janeiro.

Além das instituições ambientalistas e governos, as empresas e os proprietários rurais são considerados atores

fundamentais no sucesso das ações do Pacto. Primeiramente, porque a maior parte das áreas identificadas como de alto potencial para restauração estão em áreas privadas, não públicas. Em segundo lugar, porque é de interesse dos proprietários rurais que tiveram suas matas indevidamente derrubadas no passado adequarem-se às exigências do Código Florestal Brasileiro, que determina o respeito à vegetação nas áreas de preservação permanente (APP) e nas áreas de reserva legal (RL).

A adesão ao Pacto é voluntária e pode ser realizada por meio da assinatura do Termo de Adesão que acompanha o “Protocolo do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica”. Disponível no site da iniciativa, esse documento detalha a finalidade, as estratégias e o sistema de gestão do movimento.

Em sua fase de implantação, o Conselho de Coordenação do Pacto é formado pelas seguintes instituições: Associação Mico Leão Dourado; Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (Amane); Conservação Internacional (CI); Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Água Boa; Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Instituto BioAtlântica (IBio); Instituto Floresta Viva; Instituto Terra de Proteção Ambiental; Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (Lerf); Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA); The Nature Conservancy (TNC); Governos Estaduais e empresas.

VÁRIOS PROJETOS BUSCAM A
CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO
DA MATA ATLÂNTICA.

CAPÍTULO 6

TERCEIRA FASE – QUE FUTURO QUEREMOS PARA O DIÁLOGO FLORESTAL NO BRASIL?

Realizado entre os dias 25 e 27 de agosto de 2010, no Centro de Experimentos Florestais da SOS Mata Atlântica, em Itu (São Paulo), o 7º Encontro Nacional do Diálogo Florestal foi a primeira oportunidade de reunião de membros dos fóruns regionais para a troca de experiências e a revisão dos objetivos estratégicos do movimento.

A partir de seus resultados, a terceira fase do Diálogo Florestal se inicia com bases mais sólidas, experiências já em andamento e com resultados concretos.

Um dos principais sinais desse amadurecimento nas relações empresas e organizações ambientais é a indicação de que os participantes pretendem fazer uma avaliação conjunta para a revisão do Código Florestal Brasileiro. “Ao cumprir o Código Florestal, respeitando áreas de preservação permanente e de reserva legal, as empresas de base florestal dão o exemplo de que é possível conciliar

desenvolvimento econômico e conservação dos recursos naturais”, diz Carlos Alberto Mesquita, diretor executivo do Instituto BioAtlântica.

Para chegar a essa avaliação, um grupo de trabalho está trabalhando até o final de 2010 com a premissa de que o Código Florestal precisa ser atualizado, mas avançando nos mecanismos de promoção da proteção e do desenvolvimento. A ideia é que passe do conceito de “desmatar não é necessário” para “desmatar é mau negócio” e “restaurar é preciso”.



Ángelo Lorenzetti

NO ENCONTRO DE ITU, FORAM DISCUTIDAS AS PRIORIDADES PARA A TERCEIRA FASE DO DIÁLOGO FLORESTAL.



Miriam Prochnow

ENTRE AS PRIORIDADES PARA A TERCEIRA FASE DO DIÁLOGO FLORESTAL ESTÁ O PLANEJAMENTO DA PAISAGEM.

Segundo Mesquita, questões como mudanças climáticas e serviços ambientais pedem, hoje, uma postura proativa e uma visão que entenda floresta como vetor de desenvolvimento. “Precisamos de um equilíbrio entre instrumentos de comando-controle e incentivos-compensações. A revisão não deve, também, premiar infratores e desprestigiar quem cumpre a legislação”.

O planejamento da 3ª Fase do Diálogo Florestal também definiu suas novas prioridades de estratégias:¹

TEMAS PRIORITÁRIOS

Conservação e silvicultura

1. Mosaicos e corredores ecológicos
2. Restauração
3. Planejamento da paisagem
 - Legislação ambiental

Código Florestal

1. ICMS Ecológico e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)
2. Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE)
 - Florestas como vetor de desenvolvimento
 - Florestas e mudanças climáticas
 - Fomento florestal

Ações Estratégicas

- Estreitar a comunicação entre o Diálogo Florestal e os Fóruns Regionais
- Promover a troca de experiências entre os Fóruns
- Fortalecer os Fóruns Regionais
- Expandir os Fóruns Regionais para outros estados
- Aumentar a captação de recursos
- Disseminar o Diálogo Florestal na mídia
- Envolver outros representantes da sociedade civil
- Realizar seminários temáticos
- Promover o intercâmbio com outros fóruns setoriais
- Discutir e propor políticas públicas
- Manter diálogo com a Academia
- Manter diálogo com o Governo

¹ A serem validadas pelo Conselho e Comitê Executivo do Diálogo Florestal

O FUTURO DO DIÁLOGO, SEGUNDO ALGUNS DE SEUS MEMBROS:

“ O futuro do Diálogo está ligado aos seus objetivos. Do lado das ONGs que o compõem, conseguir aumentar a proteção da biodiversidade, através da implantação e manejo corretos dos plantios florestais e de áreas naturais protegidas pelas empresas; barrar completamente a substituição de vegetação nativa por plantios e contribuir para que o setor florestal consolide uma imagem real de responsabilidade socioambiental. Do lado das empresas, mostrar à sociedade que os plantios são fundamentais à economia do país e à vida cotidiana das pessoas e que contribuem para a proteção da biodiversidade. Coloco essa divisão para ‘efeitos didáticos’, porque esses objetivos são ou devem ser de ambas as partes. Das entidades, porque seus membros são consumidores e dependem dessa atividade econômica, direta ou indiretamente. E das empresas, porque também são responsáveis pela proteção da vida e da água. ”

MARIA DALCE RICAS

Superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda)

“ Espero que as pessoas percebam que atrás das pessoas jurídicas (empresas ou ONGs) existe gente séria, fazendo a coisa certa e querendo melhorar a questão ambiental e social deste País. Espero que o Diálogo Florestal seja o exemplo positivo a ser seguido por outros setores empresariais e ONGs. Espero que se rompam as barreiras e que todos percebam que é preciso diálogo, conversa, olho no olho, confiar, arriscar, assumir erros, trabalhar em conjunto. Quando os seres humanos descobrirem o poder do Diálogo, não haverá mais violência, problemas sociais e ambientais. O Diálogo Florestal Brasileiro caminha neste sentido. ”

KATHIA VASCONCELOS

Rede de ONGs da Mata Atlântica

“ O Diálogo Florestal é uma experiência concreta de troca de ideias, entendimentos e transformações nos aspectos sociais e ambientais das empresas e instituições parceiras. A eficácia dessa iniciativa também pode ser notada pelo interesse de outros setores e países na aplicação desse instrumento. Uma das ações que destaco dentro do Diálogo, como estratégia benéfica às plantações florestais, é a formação de corredores ecológicos e de mosaicos florestais, combinando áreas nativas e monoculturas. ”

JOÃO CARLOS AUGUSTI

Gerente de Meio Ambiente Florestal da Fibria Celulose

“ O Diálogo Florestal representa uma oportunidade única de promover a conservação e restauração de importantes ecossistemas brasileiros por meio de uma discussão e esforço conjunto de organizações no contexto empresarial, ambiental e social. Temos a expectativa de consolidar os projetos piloto que estão em implantação regionalmente, por meio dos Fóruns Regionais, e que fortalecerão os laços entre o setor florestal brasileiro e as iniciativas sociais e ambientais, através de ações concretas de restauração de ecossistemas e formação de importantes corredores de biodiversidade. ”

JOSÉ TOTTI

Diretor Florestal da Klabin

“ Acreditamos que o papel do Diálogo Florestal nos próximos anos deva se concentrar em quatro aspectos: 1 - apoio à articulação entre os Fóruns Regionais e os poderes públicos municipais, estaduais e federal, visando a elaboração de políticas públicas de fortalecimento da cadeia florestal; 2 - um papel mais ativo junto aos Fóruns Regionais e em âmbito estadual (nos estados onde não há fóruns em funcionamento) para a resolução de conflitos socioambientais que envolvem os plantios e/ou instalação de equipamentos e fábricas do setor; 3 - debate aprofundado sobre o modelo fundiário; 4 - comunicação e divulgação adequada dos resultados dos Fóruns Regionais via atualização permanente do site e outros meios. ”

OSCAR ARTAZA

Secretário executivo do Fórum Florestal do Sul e Extremo sul da Bahia.

“ O Diálogo Florestal virou um exemplo prático de como conciliar interesses aparentemente divergentes de ONGs e empresas em prol da conservação dos remanescentes brasileiros da vegetação natural. Esse exemplo já começa a permear não só o setor florestal, como vários setores do agronegócio. Acreditamos que essa iniciativa dará mais e mais frutos, no sentido de influenciar positivamente a sociedade no alinhamento de produção em consonância com a conservação de recursos naturais, além de estabelecer projetos conjuntos em campo que servem como ‘prova’ de que o Diálogo é muito mais que um debate de ideias, mas sim um equilíbrio a ser buscado por todos os setores. ”

GIOVANA BAGGIO DE BRUNS

Coordenadora de Conservação em Terras Privadas da The Nature Conservancy

“ Que o Diálogo Florestal continue sólido, constituindo-se em um espaço de integração entre os setores envolvidos, sendo capaz de trazer resultados concretos nos campos social, ambiental e econômico, através da união e do esforço de todos que fazem parte desta iniciativa. Espera-se que haja o envolvimento da sociedade civil, pela participação de diferentes representações através dos Fóruns Regionais, e que o Diálogo continue sendo desafiador, no sentido de buscar em conjunto o estabelecimento de estratégias para conservação, observando diferentes realidades e pontos de vista, trazendo dessa maneira benefícios a todos os moradores inseridos na Mata Atlântica e nos demais biomas que fazem parte do Diálogo. ”

EDILAINE DICK

Coordenadora de Projetos da Apremavi – Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida

“ A ampliação e a consolidação das parcerias regionais talvez sejam as principais metas do Diálogo Florestal para os próximos anos. De acordo com uma estratégia estabelecida, já nos primeiros momentos da iniciativa, a criação dos Fóruns Regionais é entendida como uma condição básica para o sucesso do Diálogo, pois contempla e permite que atores locais internalizem nas discussões e proposições as particularidades sociais, ambientais e econômicas das diferentes regiões do Brasil. Como importantes resultados dos Fóruns Regionais, espera-se que ocorram avanços nas iniciativas de conservação e recuperação dos biomas e ecossistemas regionais, por meio da implantação de projetos pilotos, do fomento à restauração florestal e de publicações de informações técnicas e científicas. Espera-se, com isso, o fortalecimento do setor florestal brasileiro pelo reconhecimento de seu valor para a economia nacional e pela sua atuação compatível com a conservação da biodiversidade em extensas áreas privadas protegidas. ”

PAULO HENRIQUE DE SOUZA DANTAS

Coordenador de Meio Ambiente Industrial e Florestal, Departamento de Meio Ambiente e Qualidade da Cenibra - Celulose Nipo-Brasileira S/A

BIBLIOGRAFIA

Clickarvore – Há 10 anos plantando árvores e cidadania.

Maura Campanili. Fundação SOS Mata Atlântica. São Paulo, 2010.

Mata Atlântica – Manual de Adequação Ambiental.

Maura Campanili; Wigold Bertoldo Schäffer. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2010.

Mata Atlântica: Patrimônio Nacional dos Brasileiros.

Maura Campanili; Wigold Bertoldo Schäffer. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2010.

Pacto pela Restauração da Mata Atlântica – Referencial dos Conceitos e Ações de Restauração Florestal.

Ricardo Ribeiro Rodrigues, Pedro Henrique Santin Brancalion, Ingo Isernhagen.

LERF/Esalq: Instituto BioAtlântica. São Paulo, 2009.

Sementes do Diálogo – Registros da Primeira Fase do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica – 2005-2007.

Olga de Mello. Instituto BioAtlântica. Rio de Janeiro, 2008.

SITES

Diálogo Florestal (www.dialogoflorestal.org.br)

GeoAtlântica (www.bioatlantica.org.br/geoatlantica/)

Matas Legais (www.apremavi.org.br/matras-legais/)

Pacto pela Restauração da Mata Atlântica (www.pactomataatlantica.org.br)

E-MAILS

Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia (forumba@dialogoflorestal.org.br)

Fórum Florestal do Rio Grande do Sul (forumrs@dialogoflorestal.org.br)

Fórum Florestal de São Paulo (forumsp@dialogoflorestal.org.br)

Fórum Florestal do Espírito Santo (forumes@dialogoflorestal.org.br)

Fórum Florestal Mineiro (forummg@dialogoflorestal.org.br)

Fórum Florestal Fluminense (forumrj@dialogoflorestal.org.br)

Fórum Florestal do Paraná e Santa Catarina (forumprsc@dialogoflorestal.org.br)

CONTATO

Secretaria Executiva (secretariaexecutiva@dialogoflorestal.org.br)





WWW.DIALOGOFLORESTAL.ORG.BR

ESTA PUBLICAÇÃO FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO PELO FSC